



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

## RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA - SJRR

AUDITORIA DE CONTAS ANUAIS  
EXERCÍCIO 2021

BOA VISTA - RR  
Março/2022

### SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>
<b>1.1 DA AUDITORIA</b>
1.1.1 Modalidade
1.1.2 Ato originário
1.1.3 Objeto da auditoria
1.1.4 Atos de comunicação
1.1.5 Período abrangido pela auditoria
1.1.6 Composição da equipe
<b>1.2 DO ÓRGÃO AUDITADO</b>
1.2.1 Órgão auditado
1.2.2 Responsáveis pelo órgão
<b>1.3 PROCESSOS CONEXOS</b>
<b>2. INTRODUÇÃO</b>
<b>2.1 VISÃO GERAL DO OBJETO</b>
2.1.1 Entendimento do objeto - nível de entidade
a) Identificação da entidade
a.1) Dados da entidade
b) Informações de natureza contábil da entidade
b.1) Ordenador de despesa responsável pela entidade no âmbito da SJRR
b.3) Contas significativas
b.4) Demonstrativos contábeis (resumido)
c) Missão, visão e valores
d) Objetivos estratégicos, indicadores e metas (PEJF 2021-2025)
e) Marco regulatório: principais normativos que embasaram a presente auditoria baseada em risco nas afirmações contábeis e transações subjacentes
f) Estrutura do relatório financeiro aplicável: identificação dos ciclos contábeis e legislação correlata
g) Organograma da entidade
2.1.2 Principais programas e ações orçamentárias:
a) Plano Plurianual da União - PPA 2020-2023 ( <a href="#">Lei 13.971/2020</a> ), Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO ( <a href="#">Lei 14.116/2020</a> ) e Lei Orçamentária Anual - LOA ( <a href="#">Lei 14.144/2021</a> )
2.1.3 Informações sobre a execução da despesa
<b>2.2 OBJETO, OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA</b>

<b>2.3 NÃO ESCOPO</b>
<b>2.4 METODOLOGIA E LIMITAÇÕES INERENTES À AUDITORIA</b>
<b>2.5 VOLUME DE RECURSOS AUDITADOS</b>
<b>2.6 BENEFÍCIOS DA AUDITORIA</b>
<b>3. ACHADOS DA AUDITORIA</b>
<b>3.1. DISTORÇÕES DE VALORES</b>
<b>3.2 DISTORÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO, APRESENTAÇÃO OU DIVULGAÇÃO</b>
<b>3.3 DESVIOS DE CONFORMIDADE</b>
<b>4. ASSUNTOS QUE EXIGIRAM ATENÇÃO SIGNIFICATIVA NA AUDITORIA</b>
<b>5. DEFICIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DE CONTROLE INTERNO</b>
<b>5.1 Registro das Provisões e VPDs referente aos ressarcimentos à órgãos de origem de servidores requisitados não atendem ao regime de competência.</b>
<b>6. CONCLUSÕES</b>
<b>6.1 SEGURANÇA RAZOÁVEL E SUPORTE ÀS CONCLUSÕES</b>
<b>6.2 CONCLUSÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>
<b>6.3 CONCLUSÃO SOBRE A CONFORMIDADE DAS OPERAÇÕES, TRANSAÇÕES OU ATOS DE GESTÃO SUBJACENTES</b>
<b>6.4 IMPACTO DOS ACHADOS NAS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA</b>
<b>6.5 BENEFÍCIOS ESTIMADOS OU ESPERADOS E VOLUME DE RECURSOS AUDITADOS</b>
<b>7. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO</b>
<b>APÊNDICE A - DETALHAMENTO DA METODOLOGIA EMPREGADA</b>
<b>I - DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE PARA O TRABALHO</b>
<b>a) Materialidade quantitativa</b>
<b>b) Materialidade qualitativa</b>
<b>c) Revisão dos níveis de materialidade</b>
<b>II - CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DAS CONTAS SIGNIFICATIVAS</b>
<b>III - ABORDAGEM DE AUDITORIA</b>
<b>a) Alocação da materialidade para a execução das contas significativas</b>
<b>IV - AVALIAÇÃO E RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE</b>
<b>V - MÉTODO DE AMOSTRAGEM UTILIZADO NA AUDITORIA</b>
<b>APÊNDICE B - RESUMO DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO APLICADAS NAS ANÁLISES SUBJACENTES RELATIVAS À ÁREA DE PESSOAL E CONTÁBIL</b>
<b>APÊNDICE C - COMENTÁRIOS DE GESTORES E ANÁLISES DA EQUIPE DE AUDITORIA</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Secau/TRF1 e as quatorze unidades de auditoria interna das seções judiciárias realizaram a auditoria financeira integrada com conformidade nas contas relativas ao exercício de 2021, considerando a materialidade dos recursos públicos geridos, a percepção sobre os fatores de risco capazes de gerar distorção relevante no nível das demonstrações financeiras e no nível das afirmações acerca de classes de transações, saldos contábeis, apresentação e divulgações, assim como analisando as atividades, operações e atos de gestão subjacentes a essas demonstrações.

2. Os trabalhos foram realizados em alinhamento às orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), às normas e aos padrões internacionais, com vistas a facilitar a atuação do controle social, aumentar a transparência da gestão fiscal e do processo de auditoria, assim como a credibilidade e a utilidade das prestações de contas sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos responsáveis pela Justiça Federal da 1ª Região.

3. A auditoria nas contas realizada pelo TRF1 e pelas Seções Judiciárias do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Acre, Rondônia, Amapá, Tocantins e Roraima decorre do disposto no art. 13, § 2º e 6º, c/c art. 14, § 4º, incisos I e II, da [Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020](#), que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública para fins de julgamento pelo TCU ([art. 7º da Lei 8.443/1992](#)), e determina que os relatórios de auditoria devem ser elaborados com base na relevância dos achados em relação a níveis de materialidade estabelecidos a priori.

4. Nas seções judiciárias, as equipes de auditoria foram compostas por servidores indicados pelas respectivas unidades de auditoria interna que auditaram as contas dos responsáveis por aquelas unidades gestoras. Por conseguinte, os resultados dessas 15 auditorias (Tribunal e 14 Seções Judiciárias) integrarão o relatório consolidado das contas da Unidade Prestadora de Contas - UPC que fundamenta a emissão do certificado de auditoria das contas referentes ao exercício 2021.

5. A auditoria de contas também foi conduzida de acordo com as normas aplicáveis à auditoria interna governamental na Justiça Federal da 1ª Região emitidas pelo Conselho Nacional de Justiça - [Resolução CNJ 309/2020](#), pelo Conselho da Justiça Federal - [Resolução CJF 620/2020](#) e [Resolução CJF 653/2020](#), pela Presidência do TRF1 - [Resolução Presi 57/2017](#), mantendo-se consonância com as normas profissionais e técnicas proferidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e estando prevista no Plano Anual de Auditoria - PAA 2021 11821195.

6. A presente auditoria foi baseada em risco orientando os auditores na coleta de evidências de modo a alcançar segurança razoável na emissão de opinião sobre a credibilidade das demonstrações contábeis da Justiça Federal da 1ª Região, incluindo as respectivas notas explicativas, verificando se estão livres, como um todo, de distorções relevantes, bem como garantindo se as

operações, transações ou os atos de gestão dos responsáveis estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira e a conduta de agentes públicos, independentemente se causadas por fraude ou erro.

7. Para tanto, a auditoria de contas foi realizada de acordo com as normas internacionais para certificação da confiabilidade das demonstrações financeiras e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público em observância à Lei 4.320/1964 e à Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), que estabeleceram os procedimentos específicos para a contabilidade das entidades do setor público e as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, respectivamente.

8. Os resultados do trabalho incluem o certificado de auditoria e o presente relatório, que compõem a prestação de contas anuais dos responsáveis, conforme estabelecido no § 2º do art. 8º e o § 1º do art. 9º da [IN TCU 84/2020](#), e têm o propósito de comunicar, aos usuários interessados, os objetivos, o escopo, as limitações de escopo, a metodologia utilizada, a amostragem (estatística ou não estatística), os achados relevantes e as conclusões de auditoria, bem como as propostas de encaminhamento da equipe.

9. Os papéis de trabalho elaborados pela equipe de auditoria da SJRR evidenciam que a auditoria de contas foi planejada com base nas exigências legais atinentes ao tema, encontrando-se à disposição dos órgãos de controle e em consonância com treinamento promovido, a distância, de forma telepresencial, pelos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) lotados na Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), com o propósito de capacitar os servidores das unidades de auditoria interna dos órgãos públicos federais, no período compreendido entre 03/08/2020 e 10/03/2021 (80 horas), com o fornecimento de *templates* de papéis de trabalho para apoio na execução de toda a auditoria, bem como a realização de atividades práticas e suporte técnico e metodológico.

9.1 Nesse contexto, a equipe de auditoria elaborou, entre outros, os papéis de trabalho que trataram da materialidade no planejamento e na execução da auditoria, da identificação e da avaliação dos riscos de distorções relevantes por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente, da definição da estratégia global da auditoria, bem como dos procedimentos adicionais de auditoria na forma de testes de controle e de testes substantivos, aplicando-se a amostragem em auditoria, com observância das normas [NBC TA da série 700](#).

10. Este relatório está estruturado da seguinte maneira:

- a seção 2 contextualiza o trabalho e apresenta os elementos que ajudam na compreensão do relatório;
- a seção 3 apresenta os achados relevantes de auditoria, quando identificados;
- a seção 4 destaca os assuntos que exigiram atenção significativa na auditoria;
- a seção 5 trata das deficiências significativas de controle interno;
- a seção 6 expressa as conclusões da auditoria;
- a seção 7 sintetiza as propostas de encaminhamento da equipe;
- o Apêndice A detalha a metodologia empregada;
- o Apêndice B resume as alterações da legislação aplicadas nas análises subjacentes relativas à área de pessoal e à contábil;
- o Apêndice C inclui os comentários de gestores e análise da equipe de auditoria, quando houver; e
- as listas de siglas e abreviaturas, ilustrações e tabelas presentes no texto estão indicadas ao final.

## 1.1 DA AUDITORIA

**1.1.1 Modalidade:** Financeira integrada com Conformidade.

**1.1.2 Ato originário:** O trabalho de auditoria nas contas decorre do art. 13 da [IN TCU 84/2020](#), previsto no Plano Anual de Auditoria Interna – PAA 2021 (11821195).

**1.1.3 Objeto da auditoria:** Situação patrimonial, financeira e orçamentária da entidade, refletidas nas demonstrações contábeis de 31/12/2021, e as atividades, operações ou transações e atos de gestão subjacentes a essas demonstrações.

**1.1.4 Atos de comunicação:** Comunicado de Auditoria 13824728, o Despacho Diref 13839212, o Relatório Preliminar de Comunicação de Distorções 14617431.

**1.1.5 Período abrangido pela auditoria:** 01/01/2021 a 31/12/2021.

**1.1.6 Composição da equipe:**

- **Thiago Alves Silva Lessa – Supervisor da Seção de Auditoria Interna**

## 1.2 DO ÓRGÃO AUDITADO

**1.2.1 Órgão auditado:** Seção Judiciária de Roraima.

**1.2.2 Responsáveis pelo órgão:**

**Nomes:** Felipe Bouzada Flores Viana e Bruno Hermes Leal, Diretor do Foro e Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária de Roraima, respectivamente.

**Período:** Ato Designação 10275156 publicado em 22/05/2020.

## 1.3 PROCESSOS CONEXOS

- PAe SEI 0000510-35.2022.4.01.8000 - Prestação de Contas - Exercício 2021;
- PAe SEI 0000822-06.2021.4.01.8013 - Acompanhamento da Folha de Pagamento da SJRR - Exercício de 2021;
- PAe SEI 0000602-08.2021.4.01.8013 - Plano Anual de Auditoria - PAA2021 (11821195).

## 2. INTRODUÇÃO

11. Trata-se de auditoria financeira integrada com conformidade realizada nas contas relativas ao exercício de 2021 dos responsáveis pela Justiça Federal da 1ª Região de Roraima, com vistas a aferir a credibilidade das demonstrações contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos os aspectos relevantes, constante no Plano Anual de Auditoria da SJRR (11821195) e determinada em face do art. 13 da [IN TCU 84/2020](#).

12. Para tanto buscou-se, inicialmente, obter o entendimento da entidade e seu ambiente a fim de planejar procedimentos de auditoria mais apropriados às circunstâncias, entre eles, o nível (ou os níveis) a partir do qual as distorções nas afirmações ou as não conformidades do objeto de auditoria foram considerados relevantes (referenciais de materialidade), utilizados como referência para determinar a significância dos riscos no processo de identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes, como também permitir a identificação das contas significativas pela magnitude financeira e pela natureza (julgamento profissional).

12.1 A partir do entendimento do ambiente interno e externo, inclusive do controle interno no nível geral, foi então possível a identificação de riscos que se relacionam de forma disseminada às demonstrações contábeis como um todo e que afetam potencialmente muitas afirmações de classes de transações, saldos contábeis e de divulgações, em face da compreensão das informações levantadas a seguir.

### 2.1 - VISÃO GERAL DO OBJETO

#### 2.1.1 - Entendimento do objeto – nível de entidade

##### a) IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

###### a.1) Dados da Entidade

13. A prestação jurisdicional em Roraima é exercida pela Seção Judiciária de Roraima, compreendendo 04 Varas Federais conforme estrutura aprovada pela Resolução Presi 24/2015 (9921459) (com as suas alterações posteriores).

14. Os registros de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos atos e fatos praticados pelos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens públicos das unidades do órgão 12000 - Justiça Federal, representativos do TRF 1ª Região e das seções judiciárias vinculadas, da administração direta, integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social..

15. A Lei Orçamentária Anual - LOA ([Lei 14.144/2021](#)), que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício financeiro de 2021, estabeleceu, em seus anexos, os programas de trabalho das Unidades Orçamentárias (12101 e 12102) para a Justiça Federal da 1ª Região: **0033** - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, **0909** - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais e **0999** - Reserva de Contingência, como também elencou as atividades, projetos e operações especiais, conforme consta do Portal da Câmara dos Deputados, que guardam conformidade com o Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e com a [Lei 13.971/2020](#), que instituiu o Plano Plurianual da União (PPA) para o período de 2020-2023.

15.1. Também estão sob a responsabilidade da Justiça Federal da 1ª Região valores discriminados nos programas de governo 0031 (Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público), 0032 (Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo), 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais), 0089 (Previdência de Inativos e Pensionistas da União), 0569 (Prestação Jurisdicional na Justiça Federal) e 0903 (Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as DEC), sendo estes três últimos programas de exercícios anteriores, cujos pagamentos são realizados por meio de restos a pagar.

16. O Orçamento fixado pela referida lei acrescido dos créditos adicionais, consignou diretamente a dotação da UO 12102 – TRF/1ª Região na UG Setorial Orçamentária do Tribunal (UG 090032), para posterior descentralização interna de créditos (provisão) às unidades gestoras executoras, que são, na verdade, unidades administrativas que executam a despesa orçamentária, praticando atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

17. Por sua vez, a dotação da UO 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau foi consignada na Setorial Orçamentária do Conselho da Justiça Federal - CJF (UG 090001), sendo descentralizada, parcialmente, para o Tribunal (UG 090032), que também, por meio de provisão, transfere às unidades da 1ª Região.

18. Verifica-se no Balancete da UG 090039 - Justiça Federal em Roraima, considerando-se os valores com exercício de 2021 encerrado, o total de despesas empenhadas de **R\$ 41.009.827,24** (quarenta e um milhões, nove mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos).

19. Analisando os dados extraídos do Tesouro Gerencial (TG), evidenciados no decorrer deste relatório, sobre as provisões recebidas pela natureza da despesa, a Justiça Federal em Roraima recebeu provisão, em maior parte, para realização das despesas obrigatórias com pessoal ativo, inativo e pensionistas no Grupo de Natureza da Despesa (GND) 1 - Pessoal e Encargos Sociais.

20. Além da provisão citada acima, o TRF1 e as seccionais recebem provisão para realizar outras despesas correntes no GND 3 - Outras Despesas Correntes, despesas de investimentos no GND 4 - Investimentos e despesas de inversões financeiras no GND 5 - Inversões Financeiras.

21. Em relação às despesas do GND 3, constam, entre outras, despesas relacionadas com pessoal, como as ações 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes; 212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e Seus Dependentes e a ação 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos, evidenciando a relevância dos gastos com pessoal na Justiça Federal da 1ª Região.

22. Quanto às outras despesas, constam, no próprio GND 3, as despesas correntes relativas a aquisições de materiais de consumo, pagamento de diárias e contratos de serviços; no GND 4 as despesas de investimentos destinadas a aquisições de equipamentos e material permanente, obras e instalações e aquisição e desenvolvimento de software e no GND 5 as despesas relativas às inversões financeiras.

23. O acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial é realizado pelo Núcleo de Administração - Nucad, que exerce a competência de setorial contábil da Justiça Federal em Roraima. Por sua vez, no TRF 1ª Região, a Divisão de Análise Contábil e Custos - Dicoc -

atua como unidade de orientação e supervisão das atividades, em razão da jurisdição do Tribunal, expedindo orientações e intermediando as ações que envolvem a setorial contábil da UG e a setorial contábil do órgão, situada no Conselho da Justiça Federal..

24. As demonstrações contábeis da Justiça Federal em Roraima devem ser elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância, em especial, com a Lei 4.320/1964, com a Lei Complementar 101/2000 (lei de Responsabilidade Fiscal, com o [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(McasP\) - 9ª edição](#), com as [Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público \(NBC TSP\)](#), com o Manual Siafi e com demais orientações da STN.

25. A seguir, estão identificadas a natureza jurídica e a página na internet da entidade; elencados os órgãos auditados integrantes da Justiça Federal da 1ª Região, apresentados por siglas e CNPJ; e evidenciadas as informações de natureza contábil, os nomes dos ordenadores de despesa (gestores máximos) e dos contadores responsáveis no âmbito do TRF1 e das seções judiciárias.

**Natureza Jurídica:** Pessoa Jurídica de Direito Público

**Página na Internet:** <https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/pagina-inicial.htm>

Órgão/Entidade	Sigla	CNPJ
Justiça Federal de Primeiro Grau - RR	SJRR	05.438.430/0001-03

#### RESPONSÁVEIS PELO RELACIONAMENTO COM O ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO

Nome	E-mail	Telefone
Italo Fioravanti Sabo Mendes	<a href="mailto:presi@trf1.jus.br">presi@trf1.jus.br</a>	Presidência - (61) 3314-5167 / (61) 3314-5366
Francisco de Assis Betti	<a href="mailto:vipre@trf1.jus.br">vipre@trf1.jus.br</a>	Vice-Presidência - (61) 3314-5128

#### INFORMAÇÕES DE NATUREZA CONTÁBIL DA ENTIDADE

A entidade é representada no SIAFI por:

( ) Órgão ( ) Agrupamento - UG 500 (x) Sub órgão ( ) Grupo

**Unidades Orçamentárias:** 12101 e 12102

**Unidades Gestoras que pertencem à entidade (UGs):** 090039

Justiça Federal de Primeiro Grau - RR

**Setorial Orçamentária do órgão/entidade:** 12102 (Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro - Secor)

#### ORDENADOR DE DESPESA RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE

##### Seção Judiciária de Roraima

Felipe Bouzada Flores Viana - Portaria Presi 10275156, publicada em 22/05/2020

**Telefones de contato:** (95) 2121-4201 / (95) 2121-4204 **E-mail institucional:** [diref.rr@trf1.jus.br](mailto:diref.rr@trf1.jus.br)

**Contador Responsável:** Antônio Santana de Souza Júnior, CRC BA 240663/O

**Telefones de contato:** (95) 2121-4203 - **E-mail institucional:** [nucad.rr@trf1.jus.br](mailto:nucad.rr@trf1.jus.br)

### b.3) CONTAS SIGNIFICATIVAS

26. A identificação das classes de transações, saldos de contas e divulgações relevantes das demonstrações financeiras, por meio de consultas ao Siafi, ao Tesouro Gerencial e ao Portal da Transparência, permitiu o entendimento dos registros dos atos e fatos de natureza patrimonial e de controle no âmbito da SJRR, nos termos das informações dispostas nas **Tabelas 1 e 2**.

27. Nem todas as contas contábeis consideradas relevantes, elencadas nas **Tabelas 1 e 2**, tiveram seus processos de trabalho mapeados, nem riscos de controles identificados e avaliados, pois foi decidido que o foco do trabalho seriam as contas relacionadas a despesas com pessoal e as contas de bens móveis e imóveis, conforme detalhado nos itens do presente relatório, a saber: 2.2 *Objeto, Objetivos e Escopo da Auditoria*, 2.4 *Metodologia e Limitações Inerentes à Auditoria* e no Apêndice A - *Detalhamento da Metodologia Empregada*, tendo como apoio inicial as informações extraídas do Tesouro Gerencial consubstanciadas nos itens 13 a 25.3, relacionados no supracitado tópico Dados da Entidade constante da Visão Geral do Objeto (item 2.1).

28. Para os grupos de contas selecionados pela auditoria, houve mapeamento dos principais macroprocessos de trabalho, com identificação e avaliação de riscos e controles, e estabelecimento de procedimentos de testes substantivos e/ou de controles para cada risco identificado.

**Tabela 1 – Contas significativas por relevância financeira - dezembro/2021**

Código da conta	Descrição Conta contábil	Valor monetário da conta ou saldo (R\$)
1.2.3.2.1.01.02	EDIFICIOS	10.190.922,27
1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS	3.621.925,77
1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	797.710,59
1.2.3.8.1.01.00	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEI	3.511.542,55

**Tabela 2 – Contas significativas por relevância qualitativa - dezembro/2021**

Código da conta	Descrição Conta contábil	Valor monetário da conta ou saldo (R\$)
1.1.5.6.1.01.00	MATERIAIS DE CONSUMO	202.812,71
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	327.446,50
1.2.3.8.1.02.00	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVE	240.704,15
3.1.1.1.1.09.00	SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIV	4.134,84
3.1.1.2.1.04.00	GRATIFICACOES	15.626,66
3.1.2.2.2.01.00	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - IN	3.166,50
3.1.2.2.2.03.00	SEGURO DE ACIDENTE NO TRABALHO	79,15
3.1.3.1.1.03.00	AUXILIO MORADIA - RPPS	22.400,00
3.1.9.2.4.01.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTE	155.515,53
3.1.9.2.5.01.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTE	75.000,90
3.3.1.1.1.01.00	CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - A	53.295,10
3.3.1.1.1.09.00	MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	7.076,03

Fonte: Papel de trabalho Materialidade 14884751

#### b.4) DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (RESUMIDO)

29. Segundo o [Mcaspp, 9ª Edição](#) (pg. 409/410), as demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações úteis para a avaliação do desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência e cumprimento dos seus objetivos e informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, financeira e patrimonial das entidades do setor público em apoio ao processo de tomada de decisão e à adequada prestação de contas. Em razão disso, são apresentadas nas **Tabelas 3 a 7** as demonstrações que atenderam às exigências de elaboração pela Lei 4.320/1964, estando em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP - Estrutura Conceitual (10945928), que estabeleceu as normas para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

29.1 O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público. Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II do [Mcaspp, 9ª Edição](#). A **Tabela 3**, abaixo, evidencia a situação patrimonial da SJRR no exercício de 2021, acompanhada dos Quadros do Ativo e Passivo Financeiros e Permanentes, das Contas de Compensação e do Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro.

**Tabela 3 - Balanço Patrimonial SJRR - 2021**

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$)					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	933.548,17	470.947,18	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	2.273.859,50	2.536.882,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	694.762,57	172.862,86	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.092.734,17	2.447.691,81
Créditos a Curto Prazo	34.998,47	11.838,97	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	34.998,47	11.838,97	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	22.261,26	8.791,89
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	195.892,14	277.592,64	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	156.000,00	80.000,00
VPDs Pagas Antecipadamente	7.894,99	8.652,71	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.864,07	398,90
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	16.712.050,02	16.940.348,75	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	2.273.859,50	2.536.882,60
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
<b>Imobilizado</b>	16.657.371,10	16.879.403,19	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	2.190.655,82	2.506.705,25	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	5.839.987,54	5.783.066,84	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-3.649.331,72	-3.276.361,59	<b>Resultados Acumulados</b>	15.371.738,69	14.874.413,33



(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	626.021,19	-877.786,84
Bens Imóveis	14.466.715,28	14.372.697,94	Resultados de Exercícios Anteriores	14.874.413,33	15.946.859,95
Bens Imóveis	14.714.222,29	14.605.705,65	Ajustes de Exercícios Anteriores	-128.695,83	-194.659,78
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-247.507,01	-233.007,71	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.371.738,69</b>	<b>14.874.413,33</b>
<b>Intangível</b>	<b>54.678,92</b>	<b>60.945,56</b>			
Softwares	54.678,92	60.945,56			
Softwares	66.690,00	66.690,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-12.011,08	-5.744,44			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>17.645.598,19</b>	<b>17.411.295,93</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17.645.598,19</b>	<b>17.411.295,93</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	694.762,57	172.862,86	PASSIVO FINANCEIRO	791.721,70	195.942,80
ATIVO PERMANENTE	16.950.835,62	17.238.433,07	PASSIVO PERMANENTE	2.234.209,88	2.533.397,67
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>14.619.666,61</b>	<b>14.681.955,46</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>800.702,73</b>	<b>836.578,85</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>1.866.505,24</b>	<b>1.966.814,76</b>
Atos Potenciais Ativos	800.702,73	836.578,85	Atos Potenciais Passivos	1.866.505,24	1.966.814,76
Garantias e Contragarantias Recebidas	800.702,73	836.578,85	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	1.866.505,24	1.966.814,76
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>800.702,73</b>	<b>836.578,85</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.866.505,24</b>	<b>1.966.814,76</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-96.698,73
Recursos Vinculados	-260,40
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-260,40
Previdência Social (RPPS)	-
<b>TOTAL</b>	<b>-96.959,13</b>

Fonte: Sisti web/Janeiro 2022

29.2 O Balanço Orçamentário (BO), por sua vez, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Segundo o [Mcasp, 9ª Edição](#), o Balanço Orçamentário deverá apresentar as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Na **Tabela 4** estão reproduzidos os dados orçamentários da SJRR no exercício de 2021, acompanhada dos Anexos da Execução de Restos a Pagar Não Processados e dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, em atendimento à Lei 4.320/1964.

Tabela 4 - Balanço Orçamentário SJRR - 2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (R\$)				
RECEITAS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-

Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DEFICIT</b>	-	-	41.009.827,24	41.009.827,24
<b>TOTAL</b>	-	-	41.009.827,24	41.009.827,24
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	-	-	-
<b>Superavit Financeiro</b>	-	-	-	-
<b>Excesso de Arrecadação</b>	-	-	-	-
<b>Créditos Cancelados</b>	-	-	-	-

DESPESAS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	40.227.560,71	40.115.057,23	40.075.407,61	-40.227.560,71
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	34.680.043,13	34.607.358,04	34.582.077,13	-34.680.043,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	5.547.517,58	5.507.699,19	5.493.330,48	-5.547.517,58
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	782.266,53	142.697,93	142.697,93	-782.266,53
Investimentos	-	-	782.266,53	142.697,93	142.697,93	-782.266,53
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	41.009.827,24	40.257.755,16	40.218.105,54	-41.009.827,24
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-



Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>41.009.827,24</b>	<b>40.257.755,16</b>	<b>40.218.105,54</b>	<b>-41.009.827,24</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>41.009.827,24</b>	<b>40.257.755,16</b>	<b>40.218.105,54</b>	<b>-41.009.827,24</b>

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	170.743,96	141.750,77	141.750,77	28.993,19	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	96.943,77	96.943,77	96.943,77	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	73.800,19	44.807,00	44.807,00	28.993,19	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	24.719,94	23.399,72	23.399,72	1.320,22	0,00
Investimentos	-	24.719,94	23.399,72	23.399,72	1.320,22	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>195.463,90</b>	<b>165.150,49</b>	<b>165.150,49</b>	<b>30.313,41</b>	-

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Sifaf web/Janeiro 2022

29.3 Já a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício, segundo o [Mcasp, 9ª Edição](#). O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. A DVP da SJRR para o exercício de 2021 está reproduzida na **Tabela 5**.

**Tabela 5 - Demonstração das Variações Patrimoniais SJRR - 2021**

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>		
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>42.099.747,37</b>	<b>39.921.848,08</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>746.436,98</b>	<b>396.874,38</b>
Impostos	-	-
Taxas	746.436,98	396.874,38
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>105.597,27</b>	<b>43.913,23</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	105.597,27	43.913,23
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>40.957.337,62</b>	<b>39.220.006,91</b>
Transferências Intragovernamentais	40.938.858,52	39.203.711,57
Transferências Intergovernamentais	-	15.221,52
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	18.479,10	1.073,82

<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>90.736,92</b>	<b>140.576,78</b>
Reavaliação de Ativos	86.836,92	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.900,00	140.576,78
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>199.638,58</b>	<b>120.476,78</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	199.638,58	120.476,78
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>41.473.726,18</b>	<b>40.799.634,92</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>30.638.715,48</b>	<b>30.483.148,90</b>
Remuneração a Pessoal	23.733.967,90	23.880.023,69
Encargos Patronais	4.527.746,60	4.349.957,54
Benefícios a Pessoal	1.782.354,01	1.721.254,53
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	594.646,97	531.913,14
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>5.464.402,61</b>	<b>5.646.022,98</b>
Aposentadorias e Reformas	4.911.716,79	5.289.072,75
Pensões	527.523,63	314.167,21
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	25.162,19	42.783,02
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>3.962.569,17</b>	<b>3.811.436,25</b>
Uso de Material de Consumo	185.313,49	147.686,21
Serviços	3.313.257,33	3.312.596,99
Depreciação, Amortização e Exaustão	463.998,35	351.153,05
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.132.003,88</b>	<b>721.437,98</b>
Transferências Intragovernamentais	1.076.905,89	614.131,05
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	55.097,99	107.306,93
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>82.641,57</b>	<b>24.992,48</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	24.992,48
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	82.641,57	-
<b>Tributárias</b>	<b>37.393,47</b>	<b>32.596,33</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.089,00	1.307,68
Contribuições	36.304,47	31.288,65
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>156.000,00</b>	<b>80.000,00</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	156.000,00	80.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>626.021,19</b>	<b>-877.786,84</b>

Fonte: Siafi web/Janeiro 2022

29.4 O Balanço Financeiro (BF) é outra demonstração contábil, introduzida pela Lei 4.320/1964, que evidencia receitas e despesas orçamentárias, ingressos e dispêndios extraorçamentários, e ainda o saldo de caixa do exercício anterior e o que será transferido para o exercício seguinte. A **Tabela 6**, abaixo, evidencia a movimentação financeira da SJRR em 2021 em comparação com 2020.

**Tabela 6 - Balanço Financeiro SJRR - 2021**

BALANÇO FINANCEIRO (R\$)					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	41.009.827,24	39.203.330,98
Ordinárias	-	-	Ordinárias	34.733.466,03	30.704.745,83
Vinculadas	-	-	Vinculadas	6.276.361,21	8.498.585,15
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	840.078,94	527.781,79
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	5.436.282,27	5.603.529,88
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.367.273,48
Transferências Financeiras Recebidas	40.938.858,52	39.203.711,57	Transferências Financeiras Concedidas	1.076.905,89	614.131,05
Resultantes da Execução Orçamentária	40.911.430,27	39.120.626,52	Resultantes da Execução Orçamentária	28.875,57	52.866,66
Sub-repasse Recebido	40.911.430,27	39.120.626,52	Sub-repasse Concedido	28.875,57	15.221,52
Independentes da Execução Orçamentária	27.428,25	83.085,05	Sub-repasse Devolvido		37.645,14
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	11.808,19	83.085,05	Independentes da Execução Orçamentária	1.048.030,32	561.264,39
Movimentação de Saldos Patrimoniais	15.620,06		Movimento de Saldos Patrimoniais	1.048.030,32	561.264,39
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.852.099,30	780.242,86	Pagamentos Extraorçamentários	182.324,98	166.411,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	39.649,62	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	25.447,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	752.072,08	195.463,90	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	165.150,49	132.671,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.695,59	8.293,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	17.094,49	8.293,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.043.682,01	576.485,91	Outros Pagamentos Extraorçamentários	80,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.043.682,01	576.485,91	Demais Pagamentos	80,00	-
Saldo do Exercício Anterior	172.862,86	172.782,39	Saldo para o Exercício Seguinte	694.762,57	172.862,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	172.862,86	172.782,39	Caixa e Equivalentes de Caixa	694.762,57	172.862,86
<b>TOTAL</b>	<b>42.963.820,68</b>	<b>40.156.736,82</b>	<b>TOTAL</b>	<b>42.963.820,68</b>	<b>40.156.736,82</b>

Fonte: Sifia web/Janeiro 2022

29.5 A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento permitindo aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Abaixo evidenciada na **Tabela 7 a DFC da SJRR**.

**Tabela 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa SJRR - 2021**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>687.997,36</b>	<b>61.317,92</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>41.999.236,12</b>	<b>39.788.490,53</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>41.999.236,12</b>	<b>39.788.490,53</b>
Ingressos Extraorçamentários	16.695,59	8.293,05
Transferências Financeiras Recebidas	40.938.858,52	39.203.711,57
Arrecadação de Outra Unidade	1.043.682,01	576.485,91
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-41.311.238,76</b>	<b>-39.727.172,61</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-35.873.253,51</b>	<b>-34.915.865,04</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-30.276.971,24	-29.140.749,88
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-5.436.282,27	-5.639.915,16
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-

Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-160.000,00	-135.200,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-4.343.904,87</b>	<b>-4.188.883,47</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-4.343.904,87	-4.188.883,47
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-1.094.080,38</b>	<b>-622.424,10</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-17.094,49	-8.293,05
Transferências Financeiras Concedidas	-1.076.905,89	-614.131,05
Demais Pagamentos	-80,00	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-166.097,65</b>	<b>-61.237,45</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-166.097,65</b>	<b>-61.237,45</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-144.417,93	-61.237,45
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.679,72	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>521.899,71</b>	<b>80,47</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>172.862,86</b>	<b>172.782,39</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>694.762,57</b>	<b>172.862,86</b>

Fonte: Siafi web/Janeiro 2022

### c) MISSÃO, VISÃO E VALORES

30. O Mapa Estratégico da Justiça Federal, disponível no Portal da SJRR (menu "Institucional>Gestão estratégica>Mapas Estratégicos"), é a representação gráfica da estratégia e traz definidas a missão, a visão de futuro, os valores e os macrodesafios. A missão define o propósito institucional da Justiça Federal, qual seja: "Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva"; a visão define o modo como a Justiça Federal pretende ser percebida: "Consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva, transparente e sustentável"; e os valores direcionam o comportamento das pessoas na Justiça Federal em meio as suas atividades e relações, sendo os seguintes: "Ética; respeito à cidadania e ao ser humano; sustentabilidade; transparência; qualidade; inovação; e cooperação".

### d) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS (PEJF 2015-2020)

31. O Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região (Planest 2021-2026) para o sexênio 2021-2026 foi aprovado pela [Portaria Presi 224/2021](#). O Planest 2021-2026 comunica a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos. A estratégia está alinhada aos macrodesafios nacionais do Poder Judiciário ([Resolução CNJ 325/2020](#)) e aos macrodesafios específicos da Justiça Federal ([Resolução CJF 668/2020](#)), que preconiza a distribuição de objetivos estratégicos em perspectivas e sua mensuração ocorre por meio de cumprimento de metas, desenvolvimento de iniciativas e aprimoramento dos processos de trabalho críticos considerados primordiais para que se atinjam os objetivos estratégicos ou que exerçam alto impacto na prestação jurisdicional. Diante disto, o Planest 2021-2026 é integrado por: Glossário de Indicadores da JF 1ª Região (Gloin-JF1), Glossário de Metas da JF 1ª Região (Glome-JF1), Carteira de Iniciativas Estratégicas da JF 1ª Região (Carteira-JF1), Catálogo de Processos Críticos da JF 1ª Região (Catálogo-JF1) e o Mapa Estratégico da JF 1ª Região (Mapa-JF1), que estão acessíveis pelo menu "Institucional>Gestão estratégica". A seguir, demonstra-se o Mapa-JF1 proposto para o ciclo 2021-2026:

Figura 1 - Mapa Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região



Fonte: <https://portal.trf1.jus.br/portalftrf1/institucional/gestao-estrategica/mapas-estrategicos/>

32. A execução da estratégia da Justiça Federal da 1ª Região é avaliada por meio da análise crítica dos resultados apurados no monitoramento periódico dos objetivos estratégicos, dos indicadores estratégicos, das metas estratégicas, das iniciativas estratégicas e dos processos de trabalhos críticos, além do gerenciamento de riscos das iniciativas estratégicas e dos processos de trabalho críticos. O percentual de cumprimento das metas estratégicas pela Justiça Federal da 1ª Região pode ser acompanhado ao longo do exercício pelo menu "Institucional>Gestão estratégica>Metas Nacionais, Específicas e Exclusivas". Além disso, estão disponibilizados os percentuais de cumprimento das metas por exercício no ciclo de 2015-2020, a fim de possibilitar a comparação por séries históricas. Em relação ao acompanhamento dos indicadores, iniciativas e processos críticos, estão disponibilizados no Portal do TRF1, menu "Institucional>Gestão estratégica", assim como as atas das reuniões de Monitoramento e Avaliação da Estratégia, realizadas pelo Comitê Gestor de Estratégia Regional da JF 1ª Região - CGER-TRF1 e pelos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico do Tribunal e das Seções Judiciárias. O plano de ação e o relatório de execução da estratégia da Justiça Federal em Roraima estão divulgados na página de Gestão Estratégica da SJRR, "Institucional>Gestão estratégica - SJRR

#### e) MARCO REGULATÓRIO: principais normativos que embasaram a presente auditoria baseada em risco nas afirmações contábeis e transações subjacentes

33. A identificação do marco regulatório e da estrutura do relatório financeiro (letra "f", abaixo) permitiram o conhecimento do conjunto de regras utilizadas na elaboração dos relatórios financeiros pela Administração e que são consideradas aceitáveis em vista da natureza da entidade e do objetivo das demonstrações financeiras ou das exigências legais ou regulamentares, constituindo essas regras a estrutura de normas contábeis que estabelecem, entre outras, o regime contábil como também as demonstrações financeiras obrigatórias, sejam de propósito geral ou específico, nos termos do item 166 do [Manual de Auditoria Financeira \(MAF\) do TCU/2016](#).

- [Lei 4.320/1964](#) - Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, os Municípios e do Distrito Federal; e

- [Lei Complementar 101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

##### Marco Regulatório Aplicável às atividades, operações e transações:

- Plano Plurianual (PPA) para o período de 2020-2023 ([Lei 13.971/2019](#)), Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO ([Lei 13.898/2019](#)) e Lei Orçamentária Anual - LOA ([Lei 13.978/2020](#)) e regulações pertinentes, inclusive as relativas a licitações e contratos;

- [Decreto 93.872/1986](#) - Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências;

- [Decreto-Lei 200/1967](#) - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

- Leis trabalhistas, previdenciárias, tributárias e outras cuja não conformidade pode ter efeito relevante sobre as demonstrações contábeis;

e

- Leis e regulamentos específicos relacionados às atribuições, atividades e operações desenvolvidas pelo TRF1.

#### f) ESTRUTURA DO RELATÓRIO FINANCEIRO APLICÁVEL: identificação dos ciclos contábeis e legislação correlata

Figura 2 - Estrutura de Relatório Financeiro Aplicável

Ciclos Contábeis	Legislação (Estrutura de Relatório Financeiro Aplicável)
------------------	--

· [Lei Complementar 101/2000 \(Lei de Responsabilidade Fiscal\)](#)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

Despesas e Receitas

Obrigações

Demonstrações Contábeis

Plano de Contas

· [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(Mcas\) - 9ª Edição](#), Parte I – Receita e Despesa Orçamentária

· [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(Mcas\) - 9ª Edição](#), Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais

· [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(Mcas\) - 9ª Edição](#), Parte II e IV

· [Lei 4.320/1964](#):

Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais (...).

· [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(Mcas\) - 9ª Edição](#), Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público:

Balanço Orçamentário  
 Balanço Financeiro  
 Balanço Patrimonial  
 Demonstração das Variações Patrimoniais  
 Demonstração dos Fluxos de Caixa  
 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
 Notas explicativas

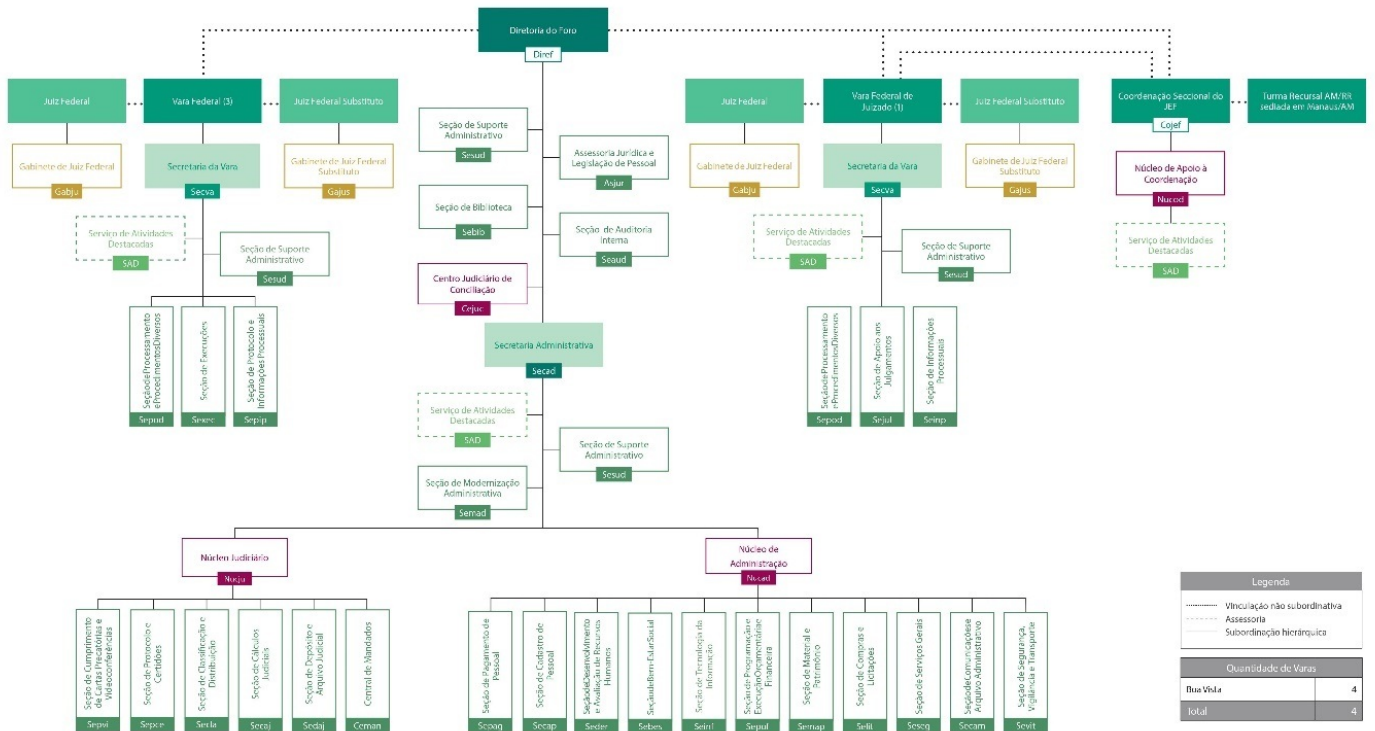
· [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(Mcas\) - 9ª Edição](#), Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

**g) ORGANOGRAMA DA ENTIDADE**

**Figura 3 - Organograma da Seção Judiciária de Roraima**



**Seção Judiciária de Roraima**  
 Estrutura aprovada pela Portaria SJ DIREF 6687712/2018  
 (referências normativas: Resolução Presi 24/2015 e 1/2016)



Fonte: <https://portal.trf1.jus.br/sjrr/institucional/organizacao/organizacao.htm>

34. Em cada Vara Federal há dois juizes, o Titular e o Substituto, nomeados mediante aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos. O processo que tenha recebido número par vai para o Juiz Titular, e o de número ímpar, para o Juiz Substituto. A Vara, além dos dois gabinetes dos juizes, possui uma secretaria (cartório), que é composta de seções de Execuções (cíveis ou criminais), de processamentos e procedimentos diversos (ou criminais) e de Atendimento e Informações Processuais. Os Diretores de Secretaria, os Chefes de Seção e os Oficiais de Gabinete são bacharéis em Direito.

35. A Autoridade Superior da SJRR é representada pela Diretoria do Foro que tem como objetivos gerais exercer a administração geral da Seção Judiciária e representá-la junto às autoridades. O Diretor ou Diretora do Foro é escolhido a cada dois anos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região entre os Juizes Titulares da Seccional, segundo critérios de antigüidade e obedecendo a um revezamento.

36. A Secretaria Administrativa tem como objetivos gerais planejar, dirigir e promover no âmbito da Seção Judiciária, os serviços administrativos e os de apoio judiciário, de acordo com a orientação normativa emanada do TRF-1ª Região.

## 2.1.2 Principais programas e ações orçamentárias:

### a) Plano Plurianual da União - PPA 2020-2023 (Lei 13.971/2020 ); Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei 14.116/2020) e Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei 14.144/2021)

37. Lei Orçamentária Anual - LOA ([Lei 14.144/2021](#)), em seu anexo (Volume III), estabeleceu para o exercício financeiro de 2021 os programas de trabalho das Unidades Orçamentárias (12101 e 12102) para a Justiça Federal da 1ª Região: **0033** - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, **0909** - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais e **0999** - Reserva de Contingência, como também elencou as atividades, projetos e operações especiais a seguir:.

**Tabela 8 - Programas e Ações Orçamentárias na LOA 2021 - Seções Judiciárias**

0033 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO		
Unidade Orçamentária responsável: 12101 (Seções Judiciárias Vinculadas à 1ª Região)		
ATIVIDADES		
Código do Programa		
0033	AÇÃO	216H
	Descrição	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
	AÇÃO	2004
	Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
	AÇÃO	20TP
	Descrição	Ativos Civis da União
	AÇÃO	212B
	Descrição	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
	AÇÃO	4257
	Descrição	Julgamento de Causas na Justiça Federal
	AÇÃO	4224
	Descrição	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
	AÇÃO	219I
	Descrição	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
	<b>PROJETOS</b>	
	AÇÃO	15TK
	Descrição	Reforma do Complexo de Imóveis da Justiça Federal em Manaus - AM
	AÇÃO	1558
	Descrição	Implantação de Sistema de Energia Solar na Justiça Federal da 1ª Região
	AÇÃO	1557
	Descrição	Reforma do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de São João Del Rei - MG
	AÇÃO	15R9
	Descrição	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Porto Velho - RO
	AÇÃO	15R8
	Descrição	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG
	AÇÃO	12R9
	Descrição	Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador - BA
	AÇÃO	12RE
Descrição	Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Goiânia - GO	
AÇÃO	15GM	
Descrição	Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região	



AÇÃO	14YL	
Descrição	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA	
AÇÃO	14YI	
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT	
AÇÃO	14UM	
Descrição	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF	
AÇÃO	158F	
Descrição	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Goiânia - GO	
AÇÃO	158C	
Descrição	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF	
AÇÃO	153C	
Descrição	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - DF	
AÇÃO	12RB	
Descrição	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA	
AÇÃO	15PH	
Descrição	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Teresina - PI	
<b>OPERAÇÃO ESPECIAL</b>		
AÇÃO	0181	
Descrição	Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	
AÇÃO	09HB	
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
<b>0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS</b>		
<b>OPERAÇÃO ESPECIAL</b>		
0909	AÇÃO	00S6
	DESCRIÇÃO	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias - Nacional
<b>0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		
<b>OPERAÇÃO ESPECIAL</b>		
0999	AÇÃO	0Z00
	DESCRIÇÃO	Reserva de Contingência - Financeira- Nacional
	AÇÃO	0Z01
	DESCRIÇÃO	Reserva de Contingência Fiscal - Primária – Nacional

Fonte: Tesouro Gerencial; PPA 2020-2023; LOA 2021

### 2.1.3 Informações sobre a execução da despesa

38. A identificação dos programas de governo e ações orçamentárias de responsabilidade da SJRR constantes da **Tabela 9** foi considerada essencial pela auditoria para o entendimento da execução orçamentária e financeira, possibilitando a compreensão das classes de transações, saldos de contas e divulgações esperadas nas demonstrações financeiras.

**Tabela 9 – Execução Orçamentária e Financeira por Programa e Ação de Governo**

Programa Governo	Métrica		Saldo - R\$ (Item Informação)					
			15	23	25	28	46	
			PROVISAO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	
0033	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	24.941.669,19	24.941.033,16	24.868.348,07	24.843.067,16	96.943,77
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	5.436.282,27	5.436.282,27	5.436.282,27	5.436.282,27	
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	4.302.727,70	4.302.727,70	4.302.727,70	4.302.727,70	
		4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL	2.786.485,76	2.774.356,41	2.734.924,42	2.720.555,71	46.527,00
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	1.738.524,09	1.738.523,99	1.738.523,99	1.738.523,99	

		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	840.544,06	840.544,06	840.544,06	840.544,06	
		15GM	REFORMA DE DATACENTERS NA JUSTICA FEDERAL DE 1. GRAU DA 1. R	639.568,60	639.568,60			21.679,72
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	00SA	PAGAMENTO DE HONORARIOS PERICIAIS NAS ACOES EM QUE O INSS FI	192.260,40	192.260,40	192.000,00	192.000,00	
0033	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	151W	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL E	94.760,00	94.760,00	94.760,00	94.760,00	
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	41.670,00	41.670,00	41.670,00	41.670,00	
		4224	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	8.100,65	8.100,65	7.974,65	7.974,65	
		Total		40.830.332,32	40.817.566,84	40.065.755,16	40.026.105,54	165.150,49
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	Total		192.260,40	192.260,40	192.000,00	192.000,00	
<b>Total</b>				<b>41.022.592,72</b>	<b>41.009.827,24</b>	<b>40.257.755,16</b>	<b>40.218.105,54</b>	<b>165.150,49</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## 2.2 OBJETO, OBJETIVOS E ESCOPO DA AUDITORIA

39. Esta auditoria financeira integrada com conformidade teve como objeto avaliar:

a) as situações, em relação às despesas com pessoal, das classes de transações, dos saldos contábeis e das atividades decorrentes dos atos de gestão relevantes dos responsáveis, identificados a partir dos riscos constantes da Matriz de Identificação de Riscos (15089393) que poderiam resultar em distorções relevantes no nível das afirmações contábeis e em desconformidades para cada transação subjacente e atos de gestão relevantes.

b) as situações, em relação à gestão patrimonial das classes de transações, dos saldos contábeis e das atividades decorrentes dos atos de gestão relevantes dos responsáveis, identificados a partir dos riscos constantes da Matriz de Identificação de Riscos (15089413) que poderiam resultar em distorções relevantes no nível das afirmações contábeis e em inconformidades para cada transação subjacente e atos de gestão relevantes.

40. As contas auditadas são de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de controle, constantes dos balanços patrimonial (e anexos), orçamentário, financeiro e da demonstração das variações patrimoniais e de fluxo de caixa, com as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, bem como as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis, subjacentes às demonstrações contábeis, pela administração da SJRR em 31 de dezembro de 2021.

41. A presente auditoria tem como objetivos obter **segurança razoável** para expressar conclusões sobre se as demonstrações contábeis supracitadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da Justiça Federal da 1ª Região do período em questão, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e verificar se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes subjacentes estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

42. A equipe de auditoria do Tribunal e das seccionais, por orientação dos auditores do TCU, decidiu delimitar o escopo do trabalho de análise das contas em dois ciclos:

a) o primeiro é a análise das contas consolidadas da Justiça Federal da 1ª Região, considerando as 14 Seções Judiciárias e o Tribunal (exceto unidades gestoras 090049, que trata dos precatórios; 090032, Setorial Orçamentária do TRF1 e a 090053, que gere os recursos da Escola de Magistratura Federal - 1ª Região), relativas a despesas com pessoal, identificadas a partir do risco do impacto nas demonstrações contábeis;

b) o segundo é a análise das contas consolidadas da Justiça Federal da 1ª Região, considerando as 14 Seções Judiciárias e o Tribunal (exceto unidades gestoras 090049, que trata dos precatórios; 090032, Setorial Orçamentária do TRF1 e a 090053, que gere os recursos da Escola de Magistratura Federal - 1ª Região), relativas a gestão patrimonial, identificadas a partir do risco do impacto nas demonstrações contábeis.

43. Para a referida análise, no primeiro momento, foram considerados as despesas empenhadas, constantes do balancete de julho/2020. Posteriormente, esses valores foram atualizados pela equipe de auditoria por ocasião do encerramento do exercício (mês de fechamento:14), em face das despesas liquidadas e dos restos a pagar não processados pagos.

44. Na análise das contas da SJRR, a materialidade global (MG), a materialidade para execução da auditoria (ME) e o limite para acumulação de distorções (LAD) foram determinados considerando a relevância financeira individual das contas em relação ao valor total da despesa empenhada em 31/07/2020, atualizado em 31/12/2020 no montante de **R\$ 41.009.827,24** (quarenta e um milhões, nove mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos). Os aspectos relevantes da materialidade encontram-se detalhados no **Apêndice A** deste relatório.

45. O processo de definição do escopo partiu da identificação das materialidades (planejamento, execução e limite de distorções acumuladas), as etapas dos processos de trabalho, as contas contábeis materialmente relevantes, os riscos e os controles atrelados às afirmações sobre classes de transações, saldos e divulgações relacionadas para o período (e o fim) sob auditoria, assim como a identificação das afirmações sobre a conformidade das transações subjacentes.

46. Os testes de controle e de conformidade e testes de detalhes foram realizados em face dessas afirmações identificadas segundo as normas de auditoria emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consistentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas à Auditoria - NBC TA 315 (R1), item A129 a A131, a saber: existência/ocorrência, integralidade, direitos e obrigações, exatidão/valorização/alocação, corte, classificação e conformidade, com vistas a levantar possíveis distorções nas classes de transações, saldos e divulgações que pudessem impactar as demonstrações financeiras, conforme análise detalhada constante do item **2.4 Metodologia e Limitações Inerentes à Auditoria** e do **Apêndice A - Detalhamento da Metodologia Empregada** integrantes do presente relatório, assim como da **Estratégia Global de Auditoria** (14850065).

## 2.3 NÃO ESCOPO

47. Não integram o escopo da auditoria:

(a) as contas que apresentam menores fatores de riscos nos pagamentos de pessoal e por isso não fizeram parte do escopo da auditoria foram: vencimentos, gratificação de atividade judiciária, subsídios, quintos e funções comissionadas/cargos em comissão. Essas rubricas,

embora constituam a maior despesa de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região, são parametrizadas nos sistemas informatizados da folha de pagamento e de recursos humanos e, portanto, estão minimamente suscetíveis a ocorrência de erros;

(b) o exame das licitações/contratações de serviços, seguros e locações;

(c) o exame dos saldos iniciais relativos às contas patrimoniais, com exceção da avaliação do saldo inicial relativo aos Estoques (Contas Contábeis: 11561.01.00 - Material de Consumo e 11551.10.00 - Materiais de Consumo em Trânsito);

(d) o exame dos registros patrimoniais imobiliários (Contas Contábeis: 12321.01.01 - Imóveis Residenciais/Comerciais; 12321.01.03 e 12321.02.03 - Terrenos/Glebas; 12321.01.04 - Armazéns/Galpões; 12321.01.07 - Imóveis de Uso Educacional; 12321.01.22 - Estacionamentos e Garagens; 12321.01.24 - Salas; 12321.06.05 - Estudos e Projetos, 12321.07.00 - Instalações, 123210800 - Benfeitorias em Propriedade de Terceiros; 12381.06.00 - Amortização Acumulada - Bens Imóveis), com exceção das contas: 12321.06.01 - Obras em Andamento; 12321.01.02 e 12321.02.02 - Edifícios; 12381.02.00 - Depreciação Acumulada - Bens Imóveis e 12321.99.05 - Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar);

(e) o exame dos registros dos intangíveis (Conta Contábil: 12411.01.01 e 12411.02.01, ambas de Softwares), as respectivas contas de amortização acumulada (Conta Contábil: 12481.01.00) e despesas com amortização (Conta Contábil: 33321.02.00), como também a conta Redução ao Valor Recuperável - Softwares (Conta Contábil: 12491.01.00);

(f) a avaliação dos desenhos dos controles internos envolvidos com a gestão patrimonial e com as despesas com pessoal.

## 2.4 METODOLOGIA E LIMITAÇÕES INERENTES À AUDITORIA

48. A metodologia utilizada neste trabalho está de acordo com as normas aplicáveis à auditoria interna governamental na Justiça Federal da 1ª Região expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça - Resolução CNJ 309/2020, pelo Conselho da Justiça Federal - Resolução CJF 620/2020 e Resolução CJF 653/2020 e pelo TRF 1ª Região - [Estatuto de Auditoria Interna da justiça Federal da 1ª Região](#) e com os padrões profissionais de auditoria financeira estabelecidos no Manual de Auditoria Financeira (MAF) do TCU/2016.

49. Os trabalhos realizados pela equipe de auditoria também estão em alinhamento às normas internacionais de auditoria consistentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas à Auditoria (NBC TA), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que são convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente (ISA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), assim como às normas contábeis emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ([Mcasp\\_9ª Edição](#)), que tratam das rotinas e orientação contábeis sob a perspectiva operacional, entre outras.

50. Tais normas requereram o cumprimento de exigências éticas, o exercício de julgamento, ceticismo profissionais, além da elaboração de documentos envolvendo a aplicação do conceito da materialidade (materialidade global, materialidade para execução e limite de acumulação de distorções), a elaboração dos ciclos e dos programas da gestão de patrimônio e de pessoal, assim como a realização da amostragem em auditoria por atributos e por unidade monetária por ocasião dos testes de controle/conformidade e de detalhes, entre outros, constantes das normas NBC TA. Todos os trabalhos estão em consonância com o treinamento proposto e ministrado à distância (telepresencial), pelos auditores do Tribunal de Contas da União/TCU no período de 3/08/2020 a 10/03/2021.

51. As atividades executadas, a partir da elaboração das **matrizes de análise de riscos** (14849835 e 14849806), contribuíram para nortear o entendimento da entidade e do ambiente interno e externo exposto no supracitado item 2.1 - Visão Geral do Objeto, juntamente à realização dos seguintes procedimentos, entre outros:

a) Identificação dos ordenadores de despesa e dos contadores responsáveis pelo acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial e dos registros das conformidades contábeis no âmbito da SJRR;

b) Levantamento das informações contábeis, patrimoniais e orçamentárias relativas aos atos e fatos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa e demais responsáveis da SJRR;

c) Levantamento das contas significativas de natureza patrimonial, por relevância financeira da SJRR com base nas materialidades obtidas, tendo como referencial os valores dos balancetes dos meses de julho e dezembro/2021;

d) Levantamento das contas significativas, de natureza patrimonial, por relevância qualitativa da SJRR com base nas materialidades obtidas, tendo como referencial os valores dos balancetes dos meses de julho e dezembro/2021;

e) Extração do Siafi web das seguintes demonstrações obrigatórias: Balanço Patrimonial (BP), Balanço Orçamentário (BO), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC);

f) Visão geral dos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas constantes do PEJF e do PETI, estabelecidos nos termos da [Resolução CJF 313/2014](#), como também da estrutura organizacional, funcional e das áreas/subunidades estratégicas da SJRR;

g) Levantamento dos normativos que embasaram a análise das contas, transações, saldos e demais avaliações para emissão do presente relatório e do certificado de auditoria;

h) Identificação dos macroprocessos de trabalho, produtos, serviços, beneficiários e das unidades orçamentárias responsáveis;

i) Levantamento das informações de natureza orçamentária e financeira que trataram do programa de governo (atividades, projetos e operações especiais), da provisão recebida (programa e ação orçamentária), as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e sobre os restos a pagar não processados pagos (RPNP);

j) Identificação das políticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, bem como a verificação da apresentação, da estrutura e do conteúdo geral das demonstrações contábeis, incluindo avaliar se as transações e os eventos subjacentes estão apresentados de forma adequada em face da avaliação pela equipe de auditoria das informações apresentadas no Pae Sei (0000510-35.2022.4.01.8000).

l) Elaboração de papéis de trabalho pela equipe de auditoria, de agosto a dezembro/2020, exigidos pelo TCU e pelas NBC TA, a saber:

- Entendimento da Entidade e Ambiente - Nível Geral (14849778);

- Estratégia Global de Auditoria (14850065);

- Matriz de Competência (14961574);

- Materialidade (14884751);

- Ciclos da Gestão de Patrimônio (15090666) e de Pessoal (15090673);

- Identificação de Riscos de Patrimônio e de Pessoal (15089413 e 15089393);

- Programas de Auditoria de Patrimônio e de Pessoal (14958357 e 14933202); e

- Matrizes de Análise de Risco de Patrimônio e de Pessoal (14849806 e 14849835).

m) Elaboração de papéis de trabalho pela equipe de auditoria, em fevereiro/2021, exigidos pelo TCU e pela NBC TA, a saber:

- Representação Formal e Solicitação de Auditoria (15092896 e 15093229);

- Formação de Opinião (15094002); e

- Certificado (15130105).

52. A fim de definir para quais contas ou grupos de contas contábeis a auditoria deveria direcionar esforços e recursos, estabeleceu-se um nível de materialidade global (MG) e de materialidade para execução (ME) de auditoria, em conformidade com os limites aplicáveis constantes das normas internacionais e com base na experiência profissional da equipe de auditoria, de forma a subsidiar a elaboração da estratégia geral de auditoria, nos termos da NBC TA 300. Os aspectos relevantes da materialidade encontram-se detalhados no **Apêndice A** deste relatório.

53. Em face da identificação dos níveis de materialidade, elaborou-se a Estratégia Global de Auditoria (EGA), definindo o alcance, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria aplicados para o cumprimento das exigências das normas de auditoria e a coleta de evidências referentes a todas as afirmações de todos os saldos de contas e classes de transações, norteando os trabalhos de auditoria (14850065).

54. Ainda nesse contexto, a partir da materialidade (quantitativa e qualitativa) selecionaram-se as contas ou grupos de contas contábeis que eram mais significativos, em face dos valores levantados nas planilhas de materialidade global, execução e de limite de acumulação de distorções, conforme documento (14884751), extraídos dos balancetes dos meses de julho e dezembro/2020, para os quais foram necessários mapeamentos de processos e identificação de riscos e de controles associados a cada uma das afirmações elencadas nas **Tabelas 10 e 11** de modo a questionar aquelas em que o risco de distorção foi avaliado como significativo, com a realização dos seguintes procedimentos detalhados a seguir, dentre outros:

54.1 Seleção, em um primeiro momento, de todos os saldos das contas de natureza patrimonial (classes 1, 2, 3 e 4), com base nos balancetes, extraídos do Siafi Operacional, de 31/07/2020 e 31/12/2020, com relevância financeira individual acima do valor da materialidade para a execução (ME), constantes do documento supracitado (14884751);

54.2 Análise dos saldos das contas abaixo da ME, constantes dos documentos supracitados (14884751), definindo também a significância pela sua natureza, risco ou sensibilidade pública, considerando a experiência e o julgamento profissional da equipe de auditoria, conforme detalhado no item II do **Apêndice A**;

54.3 Alocação do nível de materialidade para execução considerando a quantidade de procedimentos a serem realizados;

54.4 Escolha das contas de despesas com pessoal associadas a servidores requisitados (reembolso a órgãos de origem), recolhimento de contribuição previdenciária ao INSS de servidores com vínculo CLT, gratificação de atividade de segurança (GAS), pagamentos de auxílio moradia e pagamento oriundos de decisões judiciais e das contas de controle de patrimônio associadas a estoques, veículos e imóveis como foco dos trabalhos dessa auditoria de contas em face da magnitude financeira;

54.5 Agrupamento das contas significativas (aspectos quantitativos e qualitativos) de pessoal e de patrimônio em ciclos contábeis com a utilização de contas contábeis em nível de escrituração;

54.6 Entendimento no nível geral do ambiente da entidade e de seus controles internos (abordagem top-down), identificando programas de governo, ações orçamentárias, execução financeira, entre outros, relacionados a despesas com pessoal e com patrimônio, com o propósito de identificar riscos relevantes;

54.7 Identificação dos processos de trabalho e das contas integrantes do ciclo de gestão de pessoal e de patrimônio;

54.8 Obtenção do entendimento de cada processo de trabalho e seus reflexos na contabilidade;

54.9 Identificação e avaliação dos riscos inerentes;

54.10 Determinação dos riscos significativos, avaliação dos riscos de controle, apuração dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção; e

54.11 Definição da extensão dos procedimentos de auditoria.

55. Em relação aos riscos, foram realizadas as seguintes análises:

55.1 A partir da seleção das contas significativas, relacionadas na **Tabela 10**, foram individualmente identificados 8 (oito) riscos que poderiam resultar em distorções relevantes no nível das afirmações contábeis, impactando, no entendimento da equipe, as classes de transações, as divulgações, os saldos das contas de pessoal e a conformidade das transações subjacentes, tomando como apoio as informações levantadas no ciclo da gestão de pessoal (15090673).

**Tabela 10 - Riscos/contas significativas relacionadas às contas de pessoal**

<b>Riscos inerentes</b> <b>315.3.A - MAR</b>	<b>Contas contábeis relacionadas</b>
R1 - Pagar incorretamente os reembolsos aos órgãos de origem de servidores requisitados.	319240100/ 319250100/ 218945700/ 218955700/ 319210100/ 319220100
R2 - Não reconhecer a despesa de acordo com o fato gerador e regime contábil da competência.	
R3 - Registrar incorretamente a variação patrimonial diminutiva - 5º nível - entidade integrante de Estado x entidade integrante de Município.	
R4 - Falta de registro mensal de passivo sem cobertura orçamentária (LPA 301 E LPA 330).	
R5 - Descontar incorretamente de contribuições previdenciárias ao INSS.	312220100/ 312220300
R6 - Pagar incorretamente e/ou indevidamente a Gratificação de Atividade de Segurança -GAS.	311110400/ 311210400
R7 - Pagar incorretamente e/ou indevidamente o auxílio-moradia.	313110300/ 313210300
R8 - Pagar incorretamente e/ou indevidamente as decisões judiciais devidas aos magistrados e servidores, ativos e inativos e pensionistas do TRF1.	311110900/ 312120900/ 313110900/ 321110900/ 322110900/ 211110300/ 211210300

55.2 Na **Tabela 11**, foram selecionadas as contas contábeis relacionadas à gestão de patrimônio, tomando como apoio as informações levantadas no ciclo da gestão de patrimônio (15090666), considerando os 6 (seis) riscos identificados na Matriz (15089413).

**Tabela 11 - Riscos/contas significativas relacionadas às contas de gestão patrimonial**

Riscos inerentes	Contas contábeis relacionadas
R1 - Risco dos saldos iniciais do exercício de 2021 apresentarem distorções relevantes em relação aos saldos finais do exercício de 2020 .	115610100/ 115511000
R2 - Registrar intempestivamente a movimentação de materiais (Sicam)	
R3 - Registrar incorretamente a variação patrimonial diminutiva - material de consumo estoque x material de consumo imediato	331110900/ 331110100/ 115610100
R4 - Registrar incorretamente os valores dos veículos nos demonstrativos contábeis.	123110503/ 123810100
R5 - Risco dos registros dos bens imóveis apresentarem distorções relevantes em relação ao Mcasp 8ªEdição e os respectivos registros no SPIUnet	123210601/ 123210102/ 123210202/ 123219905
R6 - Cálculo incorreto a depreciação dos bens imóveis	123810200

Fonte: Matriz de Identificação de Riscos (15089413)

56. As Matrizes de Análise de Risco, constantes dos papéis de trabalho (14849835 e 14849806), com vistas a identificar os riscos das afirmações, tendo sido então levantadas as seguintes informações, a saber:

- a) A probabilidade e o impacto dos riscos;
- b) Os riscos de controle;
- c) Os riscos residuais ou de distorção relevante;
- d) A abordagem dos testes indicada para o nível das atividades ou transações;
- e) O risco de auditoria de 10% (dez por cento), nos termos dos documentos;
- f) Os níveis de aceitação de risco de distorção; e
- g) Os níveis de confiança dos testes substantivos.

57. A partir da identificação dos riscos dessas afirmações foram criados os Programas de Trabalho da Auditoria (14933202 e 14958357) com a definição da natureza dos procedimentos (testes de controle e testes substantivos), a época e a extensão da auditoria e os respectivos papéis de trabalho.

58. Foram utilizadas pela equipe de auditoria as seguintes técnicas: indagações aos gestores responsáveis pelo controle patrimonial, por meio do aplicativo *Teams*, análise documental, recálculo, procedimentos analíticos (análises horizontais e verticais), indagações por escrito, por meio de emissão de solicitações de auditoria nos processos eletrônicos, como também a técnica da amostragem estatística para testes de controle e de conformidade (amostragem por atributos) e para testes de detalhes (amostragem por unidade monetária).

59. A Unidade de Auditoria, na fase preliminar da auditoria, encaminhou às unidades auditadas o relatório Preliminar de Auditoria (14617431) apontando distorções para permitir que fossem efetuados os registros necessários e mitigados o risco de que as demonstrações contábeis fossem encerradas com distorções relevantes e a equipe de auditoria fosse levada a emitir uma opinião modificada, conforme evidenciado na seção 1.1. Da Apresentação.

60. Administração confirmou o cumprimento de suas responsabilidades, consoante estabelecidas nos termos do trabalho, por meio de Representação Formal (15092896), como também foi preenchida a Matriz de Competência (14961574).

61. O trabalho foi conduzido conforme os **Termos do Trabalho de Auditoria** elencados no supracitado item 1.1.4 e com a **Estratégia Global de Auditoria** (14850065), conforme exigido pelas normas de auditoria (NBC TA). A opinião sobre as demonstrações expressa no **Certificado de Auditoria** (15130105) levou em consideração as conclusões registradas na **Formação de Opinião** (15094002), bem como toda a análise dos papéis de trabalho descritos no presente relatório.

62. Nenhuma restrição foi imposta pelos gestores ou executores para a realização dos exames no âmbito da Seção Judiciária de Roraima. Não obstante, o risco 6(seis) do ciclo de Patrimônio, teve sua avaliação prejudicada por falta das informações solicitadas à Superintendência de Patrimônio da União em Roraima através do Ofício SEAUD 01/2021 (14421861), cuja resposta, Ofício SPU (14912892), não retornou com os dados solicitados.

63. Todavia, no tocante às limitações da auditoria, verificou-se, conforme registrado na Matriz de Avaliação e Resposta a Riscos no Nível das Demonstrações Financeiras (15103607), o seguinte:

- a) Complexidade da legislação aplicada aos procedimentos contábeis patrimoniais;
- b) Insuficiência de Contadores com CRC ativo, para as funções de titular e substituto, nas áreas de auditoria, execução e setorial;
- c) Limitação de recursos orçamentários em razão da Lei do Teto dos Gastos, impossibilitando a adequada capacitação de todos os servidores que atuam nas áreas de auditoria no tocante a demonstrações financeiras, orçamento, contabilidade pública, tributação, gestão fiscal, governança contábil, avaliação de controles internos, mapeamento de processos de trabalho, tesouro gerencial e patrimônio público; e
- d) Falta de atendimento ao princípio da segregação de funções em algumas seccionais quanto às três linhas de defesa.
- e) Insuficiente conhecimento das técnicas de amostragem estatística e dos registros do Siafi (tabelas de apoio, administrativas e orçamentárias).

## 2.5 VOLUME DE RECURSOS AUDITADOS

64. O volume de recursos auditados atingiu o montante de **R\$ 15.867.176,70** (Quinze milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e seis reais e setenta centavos).

**Tabela 12 – Volume de Recursos Auditados**

Ciclo	Classes de Transações	Conta Contábil		Valores efetivamente fiscalizados
Despesas com Pessoal	Reembolso ao Órgão de Origem Servidor Requisitado	319240100	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	414.384,57
		319250100	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES	180.262,40
		218945700	'= OBRIGACOES COM ENTIDADES ESTADUAIS	23661,67
		218955700	'= OBRIGACOES COM ENTIDADES MUNICIPAIS	0,00
	Grat.de Ativ. de Segurança	311110400	GRATIFICACOES	39.894,37
		311210400	GRATIFICACOES	
	Auxílio Moradia	313110300	AUXILIO MORADIA - RPPS	41.619,52
		313210300	AUXILIO MORADIA - RGPS	0,00
	Contribuições Previd. INSS requisitado	312220100	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	6.593,42
	Decisões Judiciais	311110900	SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	7.128,99
		321110900	SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	0,00
		322110900	SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	0,00
	<b>Total Despesas com Pessoal</b>			
Gestão do Patrimônio	Estoques	115610100	'= MATERIAIS DE CONSUMO	270.548,44
		331110900	MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	33.688,26
		331110100	CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	151.625,23
	Bens Móveis	123110503	VEÍCULO DE TRAÇÃO MECÂNICA	327.446,50
		333110100	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	443.232,41
		123810100	* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	3.649.331,72
	Bens Imóveis	123210601	'= OBRAS EM ANDAMENTO	0,00
		123219905	'= BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR/ REGISTRAR	0,00
		123210102	EDIFÍCIOS	10.277.759,19
		123210202	EDIFÍCIOS NÃO REGISTRADOS SPIUNET	0,00
		123810200	* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS	0,00
		333110200	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	0,00
	<b>Total Gestão do Patrimônio</b>			
<b>Total Recursos Fiscalizados</b>				<b>15.867.176,70</b>
Enfoque VPD				1.318.519,17
Enfoque Patrimonial				14.548.657,50

Fonte: Tesouro Gerencial

65. Na perspectiva dos testes de detalhes nas contas de despesa de pessoal, o volume de recursos auditados atingiu R\$ 713.544,94 (Setecentos e treze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), provenientes da soma dos valores das contas da relacionadas na Matriz de Identificação de Riscos 15089393.

66. Quanto aos testes de detalhes efetuados nas contas do ciclo de gestão do patrimônio, o volume de recursos auditados somaram R\$ 15.153.631,80 (Quinze milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e hum reais e oitenta centavos).

## 2.6 BENEFÍCIOS DA AUDITORIA

67. Como principal benefício da auditoria de contas está a certificação, com nível de segurança razoável, de que as demonstrações contábeis, incluindo as respectivas notas explicativas, estão livres de distorções relevantes, e de que não há desconformidades nas transações subjacentes e nos atos de gestão relevantes dos responsáveis pela UPC.



67.1 Entre outros benefícios, no tocante à auditoria contábil, destaca-se a comunicação tempestiva das distorções detectadas durante a execução desta auditoria de contas, possibilitando ajustes contábeis no Siafi antes do encerramento do exercício, o que evita a geração de despesa de exercícios anteriores e também distorções nas contas utilizadas e produz informação mais fidedigna, melhorando, desse modo, a qualidade e a credibilidade da prestação de contas anual dos responsáveis.

67.2 No tocante à auditoria das transações subjacentes, cita-se a melhoria dos controles internos administrativos da área de pagamento de pessoal, mais especificamente no que diz respeito aos ajustes no sistema de folha de pagamento, bem como a adequação dos atos de pagamento de pessoal às leis e normativos.

### 3. ACHADOS DA AUDITORIA

68. A Resolução Presi 57/2017, em seu anexo, Capítulo IV – Fases da Auditoria, item 2.3, define achados de auditoria como situações verificadas durante os trabalhos que podem ser usadas para responder questões de auditoria. O achado deverá apresentar base sólida às conclusões e atender aos seguintes requisitos:

- a) ser relevante para os objetivos da auditoria para que mereça ser relatado;
- b) ser apresentado de forma objetiva e estar devidamente fundamentado em evidências; e
- c) apresentar consistência de modo a mostrar-se convincente a quem não participou do trabalho.

#### 3.1. DISTORÇÕES DE VALORES

69. Considera-se distorção a diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação relatada em uma demonstração contábil e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro e com as normas contábeis aplicáveis, nos termos do item 37 do Manual de Auditoria Financeira (MAF) do TCU/2016.

70. Nesse contexto, **não** foram identificadas, pela equipe de auditoria da Seção Judiciária de Roraima, distorções **relevantes** nas demonstrações contábeis avaliadas.

#### 3.2. DISTORÇÕES DE CLASSIFICAÇÃO, APRESENTAÇÃO OU DIVULGAÇÃO

71. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - [Mcasp, 9ª Edição](#), “o plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários” (Parte IV, item 2.1).

71.1. Ainda segundo o Manual, “Conta” é a expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza, evidenciando a composição, variação e estado do patrimônio, bem como de bens, direitos, obrigações e situações nele não compreendidas, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo. As contas são agrupadas segundo suas funções” (Parte IV, item 2.3).

72. O título de uma conta contábil, bem como sua função, deve guardar estreita relação com as características dos fatos nela registrados. A conta deve informar o que se contabiliza.

73. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público define que o Relatório de Propósito Geral (nesse caso, o Relatório de Gestão 2021) abrange as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas. Enfatiza, ainda, que as referidas notas são parte integrante das demonstrações contábeis.

73.1 A [NBC TSP 11](#), que regulamenta a apresentação das Demonstrações Contábeis no setor público, estabelece o conjunto básico de informações que devem constar nas notas explicativas, bem como a sua estrutura, descrevendo que elas devem conter informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. Elas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis. Devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada entre informações dessas demonstrações e aquelas correspondentes apresentadas nas notas explicativas.

73.2 O [Mcasp, 9ª Edição](#), Parte V, por sua vez, define que notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Dcasp) e são parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo ser claras, sintéticas e objetivas e englobar informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações. Também discrimina, para cada uma das Dcasp, as notas explicativas que devem ser elaboradas para acompanhá-las.

73.3 A [Macrofunção STN/Siafi 020318](#) - Norma de Encerramento orienta que as unidades prestadoras de contas devem divulgar o relatório de gestão, elaborar a declaração anual do contador, as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas nos sítios eletrônicos dessas unidades. Adicionalmente, orienta o gestor sobre quais contas ou grupos de contas devem prover informação adicional às demonstrações contábeis.

73.4 As Notas Explicativas às demonstrações contábeis consolidadas da SJRR, peça integrante do Relatório de Gestão 2021, apresentaram as exigências básicas de estrutura e de conteúdo estabelecidas no [Mcasp, 9ª Edição](#) e na [NBC TSP 11](#).

73.5 No exame das referidas Notas Explicativas, **não foram identificadas inconsistências ou omissões significativas** que pudessem comprometer o entendimento das demonstrações contábeis pelos usuários das informações.

74. Com fundamento nas orientações acima reproduzidas, **não** foram detectadas, pelas equipes de auditoria da Seção Judiciária de Roraima, distorções de classificação, apresentação ou divulgação **relevantes** nas demonstrações avaliadas.

#### 3.3 DESVIOS DE CONFORMIDADE

75. Segundo definição constante no Anexo I da [IN TCU 84/2020](#), desvio de conformidade é a discrepância entre a condição ou situação encontrada das transações subjacentes, inclusive atividades e operações decorrentes dos atos de gestão dos responsáveis, e as normas aplicáveis à entidade, abrangendo os aspectos de legalidade (aderência aos critérios formais, tais como leis, regulamentos, contratos, acordos pertinentes) e/ou legitimidade (observância aos princípios gerais que regem a boa gestão financeira e a conduta dos funcionários públicos).

75.1 As avaliações promovidas pela equipe de auditoria da Seção Judiciária de Roraima nas transações subjacentes, relacionadas ao ciclo da folha de pagamento e ao ciclo da gestão de patrimônio, **não** identificaram desconformidades **relevantes**, nos termos deste relatório.



#### 4. ASSUNTOS QUE EXIGIRAM ATENÇÃO SIGNIFICATIVA NA AUDITORIA

76. Assuntos que exigiram atenção significativa na auditoria não são achados, mas questões que demandaram significativo emprego de tempo e esforço em avaliações e estudos pelas equipes de auditoria durante a realização dos trabalhos, conforme as orientações recebidas por ocasião do treinamento promovido pelo TCU, informado na seção 1 - Apresentação do presente relatório.

77. Neste aspecto a equipe de auditoria do Tribunal e demais Seccionais avaliou e registrou, no papel de trabalho Resposta aos Riscos no Nível das Demonstrações Contábeis (15103607), a insuficiência de servidores com formação em Ciências Contábeis e registro ativo no conselho de classe para atuarem nas funções de execução orçamentária e financeira, setorial contábil e auditoria, em que pese o respeito ao princípio da segregação de funções e atendendo aos normativos que estabeleceram as três linhas de defesa quanto aos controles internos do órgão.

78. No caso específico da Seção Judiciária de Roraima, embora existam dois profissionais com registro ativo e atuando em funções distintas (setorial contábil e auditoria), ambos são titulares e substitutos em cada função respectivamente, de forma que a segregação de funções acaba prejudicada nos períodos em que atuam como substituto.

#### 5. DEFICIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS DE CONTROLE INTERNO

79. De acordo com a NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno, deficiência de controle interno existe quando: (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

79.1 Deficiências significativas de controle interno, portanto, não são achados de auditoria, mas apontam falhas no desenho ou execução de determinado controle interno capaz de gerar distorções relevantes em exercícios subsequentes.

80. A seguir são elencados procedimentos que, em sua execução, podem levar a distorções relevantes nas próximas demonstrações contábeis, segundo a equipe de auditoria.

##### 5.1. Registro das Provisões e VPDs referente aos ressarcimentos à órgãos de origem de servidores requisitados não atendem ao regime de competência.

81. A [Lei Complementar 101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) descreve em seu artigo 50, inciso II, que:

(...) **a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência**, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa. **(Destaque Acrescido).**

82. Por sua vez, a [NBC TA 315](#) (R1), item A129, que trata das afirmações sobre classes de transações e eventos e divulgações relacionadas, informa que:

(...) análise da **afirmação corte** é feita para evidenciar se as **transações e eventos foram registrados no período contábil correto**. (Destaque Acrescido).

83. A equipe de auditoria analisou os registros de provisões e variações patrimoniais diminutivas referente ressarcimento de valores aos órgãos de origem dos servidores requisitados durante ao exercício de 2021, tendo como base as afirmações da Matriz de Identificação de Riscos (15089393). Constatou-se que os registros são efetuados obedecendo a lógica do regime de caixa, uma vez que a Seção Judiciária de Roraima aguarda o envio do ofício do órgão de origem com a devida cobrança dos valores a serem ressarcidos para então efetuar os registros de provisão, reconhecimento da VPD e efetivação do pagamento.

84. Ocorre que o reconhecimento da provisão, na perspectiva do [McasP 9ª Edição](#), Parte II, pag. 298 deve acontecer da seguinte forma:

As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes os três requisitos abaixo:

- Exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados;
- Seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.
- Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação;

85. Analisando detidamente a situação temos que a obrigação existe (servidores encontram-se lotados em unidades da SJRR) (alínea “a”), a SJRR deverá ressarcir os valores despendidos pelo órgão de origem (alínea “b”) e os valores das remunerações sofrem alterações eventuais, possibilitando estimativa confiável do valor do ressarcimento (alínea “c”).

86. Ainda na perspectiva do [McasP 9ª Edição](#), Parte V, item 1.2, conceitua regime de competência como aquele no qual as transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Portanto, transações e eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referirem. Os elementos reconhecidos, de acordo com o regime de competência, são ativos, passivos, patrimônio líquido, variações patrimoniais aumentativas (VPA) e variações patrimoniais diminutivas (VPD).

#### 6. CONCLUSÕES

##### 6.1 SEGURANÇA RAZOÁVEL E SUPORTE ÀS CONCLUSÕES

87. A auditoria pretendeu obter segurança razoável sobre as demonstrações contábeis apresentarem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da Seção Judiciária de Roraima em 31 de dezembro de 2021 e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e os regulamentos aplicáveis e os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

88. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia absoluta de que a auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre irá detectar distorção ou desvio de conformidade relevante quando existir. As distorções nas demonstrações contábeis e os desvios de conformidade podem ser decorrentes de fraude ou erro e são considerados relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas com base nas contas auditadas.

89. Os trabalhos desenvolvidos partiram da presunção de regularidade e legalidade dos atos e fatos praticados pela Administração, permitindo a obtenção de evidências mais persuasivas do que conclusivas sobre os demonstrativos contábeis. Para tanto, a auditoria utilizou-se da materialidade e do risco para a realização de testes com vistas a obter evidências apropriadas e suficientes para expressar a conclusão da auditoria, em consonância com o exigido pelo item 26 da NBC TA 330 – Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados .

90. Foram realizadas as avaliações específicas requeridas pelos itens 12 a 15 da NBC TA 700 - Formação de Opinião (15094002), para extrair as conclusões expressas a seguir, que fundamentam as opiniões emitidas no Certificado de Auditoria (15130105).

## 6.2 CONCLUSÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

91. A auditoria financeira integrada com conformidade nas contas relativas ao exercício de 2021 dos responsáveis pela Seção Judiciária de Roraima foi planejada e executada com fundamento no art. 13, §2º e 6º da [IN TCU 84/2020](#), considerando a materialidade, o risco avaliado, o nível de segurança atribuído aos controles e de acordo com as normas contábeis aplicadas ao setor público e com os dispositivos, em especial, da Lei 4.320/1964 e da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

92. As contas auditadas compreenderam os balanços patrimonial, orçamentário, financeiro, a demonstração de fluxo de caixa e a demonstração das variações patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021, com as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as respectivas operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis, subjacentes às demonstrações contábeis.

93. As referidas contas foram selecionadas pela significância, considerando a relevância financeira e a relevância pela natureza, incluindo os riscos de distorção relevante pelas circunstâncias e/ou relevantes pelo critério da sensibilidade pública conforme escopo definido pela auditoria.

94. Ante a impossibilidade de se examinar todo o universo de transações para obter todas as possíveis evidências referentes às afirmações dos saldos e classes de transações, foi utilizada a metodologia baseada em risco, seguindo as orientações das normas de auditoria financeiras emanadas do TCU, com a utilização das principais técnicas de auditoria como exames documentais, recálculos, indagações aos gestores pelo aplicativo *Teams* e por meio de emissão de solicitações de auditoria, entre outras, como também o uso da amostragem (estatística e não estatística) para execução dos testes de controle e dos testes de detalhe, com o propósito de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para suportar a conclusão do trabalho.

95. A auditoria foi então planejada e realizada com segurança razoável de 90% (noventa por cento). Os riscos foram avaliados no nível das afirmações. Foram avaliados todos os riscos das contas de pessoal e de gestão patrimonial independentemente se significativos ou não que estavam nas Matrizes de Análise de Riscos (14849835, 14849806).

96. Ao final foram obtidas evidências apropriadas e suficientes de que não há distorções relevantes para cada afirmação significativa sobre classes de transações e eventos do período e divulgações relacionadas.

97. O encaminhamento de relatórios às unidades responsáveis, comunicando distorções detectadas nas transações ocorridas antes do encerramento do exercício, permitiram que fossem efetuados os registros necessários pelas unidades auditadas, mitigando o risco de que as demonstrações contábeis fossem encerradas com distorções relevantes e a equipe de auditoria fosse levada a emitir uma opinião modificada.

98. A utilização de papéis de trabalho referenciados no presente relatório permitiu aos auditores a coleta de evidências alcançando uma segurança razoável na emissão de relatório sobre a credibilidade das demonstrações contábeis da SJRR, incluindo as respectivas notas explicativas e aferindo que estão livres como um todo de distorções relevantes.

99. **Em face do exposto, a equipe assegura que as referidas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis do setor público e com a Lei 4.320/1964 e a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), considerando o marco regulatório aplicável da auditoria de contas, conforme o MAF/TCU, estando em todos os seus aspectos livres de distorções relevantes, nos termos do art. 14, § 4º, I, da [IN TCU 84/2020](#).**

## 6.3 CONCLUSÃO SOBRE A CONFORMIDADE DAS OPERAÇÕES, TRANSAÇÕES OU ATOS DE GESTÃO SUBJACENTES

100. Os resultados e as conclusões dos trabalhos de auditoria e análise dos atos de gestão relacionados às folhas de pagamento de pessoal e à gestão patrimonial permitiram aferir os aspectos relevantes da conformidade da folha de pagamento e da gestão patrimonial com as leis e normativos que regem as matérias, sendo que as conclusões e recomendações advindas dos resultados dos trabalhos da auditoria foram comunicadas às unidades auditadas, por meio de diligência e de relatórios, para manifestação acerca das inconsistências relatadas pela equipe da auditoria interna. Os auditores realizaram o monitoramento das recomendações e orientações direcionadas às unidades auditadas, bem como avaliaram as providências por elas adotadas.

101. As inconsistências constatadas pela auditoria versaram sobre falta de atualização de área construída, com respectivo impacto sobre o valor registrado do bem, originada de reforma de ampliação em área cedida a Caixa Econômica Federal e registros de provisão e variações patrimoniais diminutivas referente ressarcimento à órgãos de origem de servidores requisitados não aderentes ao regime de competência.

102. Os resultados dos exames não apontaram indícios de falhas e/ou inconsistências capazes de comprometer a regularidade das transações subjacentes de gestão de pessoas e gestão patrimonial, uma vez que as fragilidades detectadas, por si só, não configuram impropriedade passível de macular a conformidade dos atos de gestão da folha de pagamento de pessoal e de gestão patrimonial. De modo geral, constatou-se atendimento às recomendações dos relatórios de auditoria, com adoção de diversas ações implementadas pelas áreas auditadas, e manifestação de intenção de aperfeiçoamento de procedimentos, objetivando corrigir as inconsistências apontadas no relatório da auditoria, bem como aprimorar os controles internos administrativos empregados nos procedimentos de pagamentos das rubricas auditadas.

103. **Conclui-se, portanto, que as operações e transações subjacentes de gestão de pessoas também estão em todos os seus aspectos, livres de distorções relevantes e em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis, bem como em relação aos princípios da administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos, nos termos do art. 14, § 4º, II, da [IN TCU 84/2020](#).**

## 6.4 IMPACTO DOS ACHADOS NAS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

104. Conforme exigido pelas normas e padrões de auditoria do TCU, ressalta-se, em complemento à seção intitulada "Achados de Auditoria", que os achados correspondentes às distorções de valor e de classificação, apresentação ou divulgação poderão ser relevantes, individualmente ou em conjunto, e ter efeitos generalizados sobre as demonstrações contábeis, impactando as contas da unidade jurisdicionada no aspecto da exatidão dos demonstrativos contábeis; e os desvios de conformidade impactam, igualmente, as referidas contas nos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Esses aspectos são considerados para fins do julgamento das contas como regulares (art. 16, inc. I, da [Lei 8.443/1992](#)).

105. **Não foi encontrado nenhum achado relevante digno de relato.**

## 6.5 BENEFÍCIOS ESTIMADOS OU ESPERADOS E VOLUME DE RECURSOS AUDITADOS

106. Entre os benefícios estimados desta auditoria estão:

a) O aperfeiçoamento dos controles internos implementados para mitigar os riscos de desconformidades dos atos de gestão financeira e orçamentária, dos respectivos registros contábeis, bem como das transações subjacentes de gestão de pessoas, tanto no aspecto qualitativo quanto no

quantitativo, a exemplo de maior aderência aos normativos atinentes à matéria, asseguarção da exatidão, segurança e tempestividade dos dados informatizados da folha de pagamento de pessoal;

- b) Propiciar aumento da eficácia na prevenção das desconformidades financeiras;
- c) Maior fidedignidade e confiabilidade dos registros contábeis; e
- d) Aperfeiçoamento das ações de transparência da gestão.

107. O processo de elaboração das demonstrações financeiras observou os padrões internacionais para certificação da confiabilidade dessas demonstrações, bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas ao setor público, por força da Lei 4.320/1964 e da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o que contribuiu para a transparência das contas sob a responsabilidade dos gestores da Seção Judiciária de Roraima.

108. A comunicação preliminar (14617431) das distorções à administração, por exemplo, permitiu que fossem efetuados, ainda no exercício de 2021, os registros da atualização de área do edifício da SJRR e as provisões relativas a valores a pagar aos órgãos de origem de servidores requisitados no exercício de 2021, assim como fossem evidenciados esses registros em notas explicativas que constaram da Prestação de Contas, gerando informação mais fidedigna que por sua vez melhora a qualidade e a credibilidade da prestação de contas anual dos responsáveis pela Seção Judiciária de Roraima.

109. O volume de recursos auditados, conforme destacado na **Tabela 12**, foi de **R\$ R\$ 15.867.176,70** (Quinze milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e seis reais e setenta centavos).

## 7. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

110. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo o encaminhamento:

### À DIREF:

110.1 Alertar o TRF 1ª Região da insuficiência de servidores nas áreas de execução financeira, setorial contábil e auditoria interna, principalmente com formação contábil, tendo em vista a necessidade de atendimento às normas aplicáveis e ao princípio da segregação de funções ;

### Ao NUCAD:

110.2 Em relação às deficiências significativas de controle interno descritas na seção 5, adotar procedimento de reconhecimento, mensuração e evidência das provisões referentes aos ressarcimentos à órgãos de origem dos servidores requisitados em atendimento ao regime de competência, em linha com às normas legais e técnicas aplicadas à contabilidade pública.

## APÊNDICE A - DETALHAMENTO DA METODOLOGIA EMPREGADA

### I- DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE PARA O TRABALHO

111. A materialidade é um conceito utilizado pelo auditor para estabelecer o nível (ou os níveis) a partir do qual as distorções na informação ou as não conformidades do objeto de auditoria serão considerados relevantes e, assim, tratadas para fins de planejar, executar e relatar a auditoria.

112. Para estabelecer esse nível (ou os níveis), a equipe de auditoria estabeleceu a materialidade cujo conceito foi utilizado na **fase de planejamento**, determinando o que é significativo para os procedimentos preliminares de avaliação de risco e para o planejamento dos procedimentos de auditoria; na **fase de execução**, avaliando o efeito dos achados identificados na auditoria; e na **fase de relatório**, permitindo a formação da opinião de auditoria com base na relevância dos achados, individualmente ou em conjunto, bem como para fundamentar as propostas de encaminhamento do relatório. Os julgamentos sobre materialidade foram realizados com base nos critérios de magnitude das distorções e dos efeitos das não conformidades (materialidade quantitativa) e da natureza e circunstâncias da sua ocorrência (materialidade qualitativa).

113. Nos termos do MAF/TCU, item 226, e da NBC TA 320, ao estabelecer a estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo (materialidade global ou materialidade no planejamento), a materialidade para execução da auditoria e estabelecer o limite para acumulação de distorções, de modo a permitir a avaliação dos riscos de distorções relevantes e a determinação da natureza, época e extensão (tamanho das amostras) dos procedimentos adicionais de auditoria.

#### a) Materialidade quantitativa

114. A materialidade, no aspecto quantitativo, geralmente é definida mediante a aplicação de um percentual sobre determinado valor de referência que reflete razoavelmente o nível de atividade financeira do objeto da auditoria, como o total das despesas, das receitas, do ativo, do passivo, do lucro etc.

115. A equipe do Tribunal e das seccionais, para estabelecer os níveis de materialidade, se ateu aos conceitos trazidos pelo Tribunal de Contas Europeu (ECA, na sigla em inglês), que estabelece que a materialidade para o trabalho como um todo deve se situar entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 2% (dois por cento) do valor de referência, e aos conceitos formulados pelo Instituto dos Auditores Independentes Certificados dos Estados Unidos (AICPA, na sigla em inglês), que considera o total das despesas (p.ex.: dotação autorizada, despesa empenhada) como o referencial provavelmente mais apropriado para as auditorias das entidades do setor público (*Audit Guide*, 2014, p. 404).

116. O entendimento da Federação Internacional de Contadores (IFAC, na sigla em inglês) orienta que se o lucro não é uma medida útil (como no caso das entidades sem fins lucrativos e da maioria das entidades do setor público), o auditor pode considerar outras bases como: de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) das receitas ou despesas; de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) dos ativos; ou de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido. Estas bases também foram consideradas pela auditoria.

117. Acrescentam-se, ainda, as informações disponibilizadas pela equipe do TCU, por ocasião da capacitação dos servidores da Justiça Federal da 1ª Região exposto no supracitado item 9 do presente relatório, sobre as duas pesquisas internacionais recentes realizadas no âmbito das especializações em auditoria financeira do próprio TCU, que corroboraram que o intervalo situado entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 2% (dois por cento) do valor de referência é o mais utilizado pela maioria das Entidades de Fiscalização Superior - EFS (o somatório do % das EFS que adotam ultrapassa 100% pelo fato de que cada EFS pode adotar mais de um referencial), conforme detalhado na **Tabela 13**.

**Tabela 13 - Referências e percentuais adotados pelas EFS**

Referencial adotado	% EFS que adotam o referencial	Intervalo aplicado sobre o referencial	% de EFS que adotam
<b>Despesa total</b>	96%	0,5% - 2%	40%
<b>Ativo total</b>	77%	0,5% - 2%	21%
		1%	21%
<b>Passivo Total</b>	36%	0,5% - 2%	60%
<b>Receita total</b>	77%	0,5% - 2%	43%

Fonte: Adaptado de Melo, 2019. TCC Materialidade em auditoria financeira no setor público.

Extraído do Curso Auditoria Financeira Integrada com Conformidade promovido pelo TCU agosto/2020 a março/2021

118. Assim, a escolha do valor de referência nesta auditoria recaiu sobre a despesa empenhada, para determinar a materialidade para demonstrações financeiras como um todo, extraído dos balancetes no mês de julho/2021 e revisado em dezembro/2021, baseando-se no fato de que o órgão do Poder Judiciário não possui receita própria. Além disso, os Tribunais Regionais Federais e suas seções judiciárias têm como principal objetivo a prestação de serviços à sociedade. Foram então realizados os seguintes procedimentos:

- Aplicação de percentual (2% por cento) sobre o valor monetário total da referência utilizada (despesa) para chegar à quantia de materialidade global, considerando as orientações dos auditores do TCU;
- Aplicação de percentual (50% por cento) para a materialidade para a execução sobre o valor encontrado para a materialidade global; e
- A materialidade para a execução da auditoria (ME) foi estabelecida com o objetivo de avaliar os riscos de distorções relevantes e determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

119. Portanto, a materialidade global (MG), a materialidade para execução da auditoria (ME) e o limite para acumulação de distorções (LAD) foram determinados considerando a relevância financeira individual das contas em relação ao valor total da despesa empenhada de **R\$ 41.009.827,24** (quarenta e um milhões, nove mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), revisada em dezembro/2021.

120. A **Tabela 14** a seguir apresenta os níveis de materialidade com seus respectivos valores estabelecidos no planejamento que foram utilizados na execução da auditoria das contas anuais.

**Tabela 14 – Níveis de Materialidade**

VR – Valor de referência	Despesa Empenhada Total	R\$ 41.009.827,24
MG – Materialidade global	2% do VR	R\$ 820.196,54
ME – Materialidade para execução	50% da MG	R\$ 410.098,27
LAD – Limite para acumulação de distorções	5% da MG	R\$ 41.009,83

Fonte: Elaboração pela equipe de auditoria (14884751)

120.1 Não foram determinados níveis de materialidade inferiores à MG para classes específicas de transações, saldos contábeis e divulgações, pois, nas circunstâncias específicas da Justiça Federal da 1ª Região, não se considera haver uma ou mais classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgação para as quais se poderia razoavelmente esperar que distorções de valores menores que a materialidade global influencie as decisões econômicas dos usuários previstos, tomadas com base nas demonstrações contábeis.

121. A materialidade para execução (ME) dos testes de auditoria foi estabelecida em 50% (cinquenta por cento) da MG. Por conseguinte, o valor de **R\$ 820.196,54** (oitocentos e vinte mil, cento e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos) e o de **R\$ 410.098,27** (quatrocentos e dez mil, noventa e oito reais e vinte e sete centavos), foram os utilizados para determinar a relevância financeira individual das contas de pessoal e de patrimônio (contas significativas), respectivamente, e como parâmetros para determinar se os saldos dessas contas estavam relevantemente distorcidos. Esse percentual, conforme os padrões internacionais, geralmente varia entre 50% (cinquenta por cento) e 75% (setenta e cinco por cento).

122. O limite para acumulação de distorções (LAD) representa o valor abaixo do qual as distorções de valor serão consideradas claramente triviais e, portanto, não serão acumuladas durante a auditoria, desde que, quando julgadas pelos critérios qualitativos de natureza ou circunstâncias, não sejam consideradas claramente triviais. Esse limite foi estabelecido, pela equipe, em 5% (cinco por cento) da MG, resultando no valor de **R\$ 41.009,83** (quarenta e um mil e nove reais e oitenta e três centavos). Esse percentual pode variar entre 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento) da materialidade global, a depender da avaliação de riscos (MAE/TCU, 234).

#### **b) Materialidade qualitativa**

123. A natureza e as circunstâncias relacionadas a algumas distorções podem levar a equipe de auditoria a avaliá-las como relevantes ainda que estejam abaixo dos limites quantitativos de materialidade definidos acima.

124. Foram consideradas qualitativamente relevantes as contas ou os ciclos de transações cujas operações, atividades ou transações subjacentes tenham alta sensibilidade pública/social ou que possam incluir riscos cujas distorções, com base na relevância pela natureza ou pelas circunstâncias, possam influenciar as decisões dos usuários previstos.

125. Nesse contexto, a equipe com apoio da aba Contas Seleccionadas pela Natureza, relativas ao ciclo de gestão de pessoal e ciclo de gestão de patrimônio, constante da Matriz de Materialidade (14884751), elaborada com apoio dos valores do balancete de julho/2021, acrescentou nas Matrizes de Identificação de Risco contas contábeis em face da sua relevância qualitativa (15089393 e 15089413).

#### **c) Revisão dos níveis de materialidade**

126. Após o encerramento do exercício financeiro (mês de fechamento:14), todos os saldos financeiros e orçamentários foram atualizados, bem como a materialidade, para a identificação de outras informações que pudessem trazer dados relevantes para a finalização dos trabalhos desta auditoria de contas.

127. Portanto, antes de avaliar o efeito das distorções não corrigidas, a equipe de auditoria reavaliou os níveis de materialidade estabelecidos no planejamento para confirmar se continuavam apropriados. A materialidade global e a materialidade para execução, depois de atualizadas, seguiram os mesmos referências e percentuais inicialmente definidos.

128. A ME e o LAD permaneceram apropriados tanto para as contas de pessoal como para as contas de controle patrimonial, uma vez que

a utilização do valor menor estabelecido na fase de planejamento resultou em maior cobertura das demonstrações contábeis e na aplicação de testes de auditoria mais extensivos, aumentando a segurança obtida na auditoria e, por consequência, nas suas conclusões e opiniões. Portanto, verificou-se que a alteração da revisão da materialidade em 31/12/2020 não excluiu nenhuma conta selecionada em julho 31/07/2020, ou seja, essa alteração não foi suficiente para reduzir o número de contas.

## II - CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DAS CONTAS SIGNIFICATIVAS

129. As contas contábeis foram consideradas significativas pela:

### I - relevância financeira, quando:

a) o seu saldo era maior ou igual ao valor da ME, considerando ainda o julgamento profissional da equipe;

### II - relevância qualitativa, quando:

a) o seu saldo era inferior ao valor da ME, mas podia ser relevante pela natureza ou incluir risco de distorção relevante pelas circunstâncias e/ou fosse relevante pelo critério de sensibilidade pública.

b) compuserem os ciclos contábeis selecionados pela equipe de auditoria.

130. As contas contábeis selecionadas pela relevância quantitativa foram aquelas que fazem parte do ciclo de despesa com pessoal e ciclo de gestão patrimonial, conforme evidenciado no documento intitulado Estratégia Global da Auditoria, item 2.1 (14850065). Assim sendo, ficou evidenciada a relevância patrimonial desse ciclo para análise de suas contas contábeis.

131. A amostragem não estatística (julgamento profissional) e a amostragem estatística (testes de detalhes) foram realizadas nas classes de transação, saldos e divulgações, relacionadas nas Matrizes de Identificação de Riscos (15089393 e 15089413), a partir dos lançamentos contabilizados, durante o exercício de 2021, e dos saldos e divulgações no final do exercício.

132. Seguem as **Tabelas 15 e 16** com as contas significativas por relevância financeira e qualitativa de pessoal e patrimônio.

**Tabela 15 – Contas significativas por relevância financeira**

Seq.	Código da conta	Descrição Conta contábil	Valor monetário da conta ou saldo (R\$)
1	1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	327.446,50
2	1.2.3.2.1.01.02	EDIFICIOS	10.190.922,27
3	1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS	3.621.925,77
4	1.2.3.2.1.06.05		797.710,59
5	1.2.3.8.1.01.00	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEI	3.511.542,55
6	3.1.1.1.1.04.00	GRATIFICACOES	7.096.022,22

Fonte: Tesouro Gerencial e Estratégia Global da Auditoria (14850065)

**Tabela 16 - Contas significativas por relevância qualitativa**

Seq.	Código da conta	Descrição Conta contábil	Valor monetário da conta ou saldo (R\$)
1	1.1.5.6.1.01.00	MATERIAIS DE CONSUMO	202.812,71
2	1.2.3.8.1.02.00	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVE	240.704,15
3	3.1.1.1.1.09.00	SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIV	4.134,84
4	3.1.1.2.1.04.00	GRATIFICACOES	15.626,66
5	3.1.2.2.2.01.00	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - IN	3.166,50
6	3.1.2.2.2.03.00	SEGURO DE ACIDENTE NO TRABALHO	79,15
7	3.1.3.1.1.03.00	AUXILIO MORADIA - RPPS	22.400,00
8	3.1.9.2.4.01.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTE	155.515,53
9	3.1.9.2.5.01.00	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTE	75.000,90
10	3.3.1.1.1.01.00	CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - A	53.295,10
11	3.3.1.1.1.09.00	MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	7.076,03

Fonte: Tesouro Gerencial e Estratégia Global da Auditoria (14850065)

## III - ABORDAGEM DE AUDITORIA

133. Preliminarmente, foi adotada uma abordagem de ênfase em testes de detalhes, no caso dos procedimentos contábeis relativos a despesas com pessoal e gestão patrimonial, para todos os ciclos de transações descritos no documento (14884751) e respectivas contas significativas. Essa decisão implicou em:

- avaliação do nível planejado de risco de procedimentos de revisão analítica em grau elevado;
- avaliação do nível planejado de risco de controle em grau elevado;
- obtenção do entendimento do controle interno em grau mínimo; e
- realização de pouco ou nenhum teste de controle.

133.1 Os testes de detalhe realizados sobre os riscos identificados foram aplicados na extensão julgada necessária no que se refere aos registros contábeis constantes do Siafi.

### a) Alocação da materialidade para a execução às contas significativas

134. A materialidade para a execução (distorção tolerável ou DT) alocada à conta, grupo de contas ou do ciclo contábil, tem efeito na extensão dos testes substantivos quando o auditor faz uso de técnicas de amostragem aplicada à auditoria. O estabelecimento de um valor menor para a DT exigirá que o auditor realize uma maior quantidade de testes para obter a evidência de auditoria suficiente do que aquela necessária quando se estabelece um valor maior.

135. Para estabelecer a DT, o auditor deve considerar o risco de distorção relevante da conta, do grupo de contas ou do ciclo contábil. Quanto maior esse risco, menor deve ser a DT e vice-versa.

136. Os ciclos com despesas com pessoal e gestão patrimonial, conforme documentos (15090666 e 15090673), contêm as contas contábeis relacionadas aos ciclos de maior representatividade para a SJRR.

137. Sendo assim, a ME alocada para as contas relevantes de todos os ciclos contábeis desta auditoria foi em nível médio de procedimentos, ou seja, 50% (cinquenta por cento) da materialidade global (MG).

#### IV - AVALIAÇÃO E RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO RELEVANTE

138. Foram identificados e avaliados os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, e em relação à conformidade das operações, transações ou atos de gestão relevantes dos responsáveis, independentemente se causadas por fraude ou erro. As Matrizes de Análise de Risco de Pessoal e de Gestão de Patrimônio (14849835 e 14849806) foram elaboradas utilizando-se do julgamento profissional dos membros da equipe de auditoria.

139. Com base nos resultados da avaliação de risco, foram planejados e executados procedimentos de auditoria em resposta aos riscos significativos de maneira a obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para suportar as conclusões da auditoria.

140. Esses procedimentos de auditoria incluíram exame documental, recálculos, procedimentos analíticos, indagações, inclusive por escrito (solicitações de auditoria), para examinar populações inteiras, conforme o caso, de transações e de amostragem estatística e ou não estatística para testes de controle e de conformidade (amostragem por atributos).

141. No tocante às contas e/ou ciclos contábeis não significativos, a evidência de auditoria foi obtida mediante a aplicação de procedimentos de revisão analítica.

#### V - MÉTODO DE AMOSTRAGEM UTILIZADO NA AUDITORIA

142. Os testes de detalhes foram executados pela equipe de auditoria para obter evidência de auditoria referente a determinadas afirmações, a saber, existência/ocorrência, integralidade, direitos e obrigações, exatidão/valorização/alocação, corte, classificação e conformidade (NBC TA 315 (R1), item A129 a A131, 10946275) elencadas a partir da seleção das contas contábeis pela equipe.

143. A realização dos testes se deu por meio dos métodos de seleção de todas as transações/saldos e por amostragem estatística (por unidade monetária) e a não estatística (julgamento profissional), todos em consonância com as orientações do MAF/TCU 2016 (item 358).

144. A amostragem estatística (testes de detalhes) foi realizada nas classes de transação, saldos e divulgações, relacionadas nas Matrizes de Identificação de Riscos (15089393 e 15089413), a partir dos lançamentos contabilizados, durante o exercício de 2021, e dos saldos e divulgações no final do exercício, todos nas contas significativas selecionadas.

144.1 A amostragem estatística adotada foi a por unidade monetária que consistiu na seleção aleatória dos itens com a utilização de aplicativo de planilha eletrônica (Excel), com o propósito de chegar a uma conclusão sobre todo um conjunto de dados (população) por meio da seleção e do exame de uma amostra representativa de itens da população, considerando a probabilidade de um item ser selecionado é diretamente proporcional ao valor monetário do bem.

145. Conclui-se, então, que os resultados dos testes evidenciaram a ausência de distorções relevantes, considerando um risco de auditoria de 10% (dez por cento), conforme Matrizes de Análise de Risco (14849835 e 14849806).

#### APÊNDICE B - RESUMO DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO APLICADAS NAS ANÁLISES SUBJACENTES RELATIVAS À ÁREA DE PESSOAL E CONTÁBIL

146. A seguir estão evidenciadas, na **Figura 4**, as alterações da legislação aplicadas nas análises subjacentes e contábeis ocorridas em 2021.

**Figura 4 - Resumo das alterações na legislação aplicadas nas análises subjacentes e contábeis – 2021**

Legislação	Alteração
Lei 14.158/2021 e Portaria SEPRT ME nº 477/2021	Aumentam os benefícios de aposentadorias e pensões sem paridade a partir de 01/01/2021;
Portaria SEPRT ME nº 636/2021	Altera a tabela da contribuição previdenciária para os servidores e pensionistas da União.
Jurisprudência do TCU ordenando o cumprimento da decisão do STF no RE 638.115/CE	Trata sobre os quintos incorporados após 08/04/1998
Decisão administrativa no âmbito dos processos 0031969-26.2020.4.01.8000	Sobre a não incidência do PSS sobre a GAS
Portaria Presi 89/2021	Altera a Portaria 227-2014-TRF1 - Cessão e Requisição de servidores
Decreto 10.835/2021	Dispõe sobre as cessões, as requisições e as alterações de exercício para composição da força de trabalho em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte

#### APÊNDICE C - COMENTÁRIOS DE GESTORES E ANÁLISES DA EQUIPE DE AUDITORIA

147. Este Apêndice atende ao disposto nas Normas de Auditoria do TCU e seria completado após a obtenção de comentários dos dirigentes da entidade auditada sobre os achados constantes do relatório preliminar, caso houvesse.

148. Também atende ao disposto no art 14 da Resolução TCU 315/2020, no sentido de oportunizar aos destinatários das deliberações a apresentação de comentários sobre as propostas de recomendação, solicitando, em prazo compatível, informações quanto às consequências práticas da implementação das medidas aventadas e eventuais alternativas.

149. A inclusão e a análise desses comentários no relatório final resultam em um documento que não só apresenta os achados, as conclusões e as propostas da equipe, mas também a perspectiva dos dirigentes e as ações corretivas que pretendem adotar.



150. No entanto, considerando que ao concluir os trabalhos, não foram identificadas ocorrências classificadas como achados de auditoria, que pela sua relevância, materialidade, natureza ou circunstância justificassem o envio de recomendações ou de encaminhamentos à gestão e comentários, bem como a análise da equipe de autoria, não se aplica a esse item o objetivo pretendido.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias  
Afac - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital  
AH - Análise Horizontal  
AICPA - Auditores Independentes Certificados dos Estados Unidos  
AV - Análise Vertical  
BF - Balanço Financeiro  
BO - Balanço Orçamentário  
BP - Balanço Patrimonial  
CEJUC – Centro Judiciário de Conciliação  
CFC - Conselho Federal de Contabilidade  
CJ - Cargo em Comissão  
CJF - Conselho de Justiça Federal  
CNJ - Conselho Nacional de Justiça  
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CPF - Cadastro de Pessoa Física  
CRP - Câmara Regional Previdenciária  
Dcasp - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público  
DE - Distorção Esperada  
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
Dicoc - Divisão de Análise Contábil e Custos  
DT - Distorção Tolerável  
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais  
EC - Emenda Constitucional  
ECA - Tribunal de Contas Europeu  
EFS - Entidade de Fiscalização Superior  
EGA - Estratégia Global de Auditoria  
FC - Fator de Confiabilidade  
FC - Função Comissionada  
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social  
FRGPS - Fundo do Regime Geral de Previdência Social  
GND - Grupo de Natureza de Despesa  
GRU - Guia de Recolhimento da União  
IA - Intervalo Amostral  
Ifac - Federação Internacional de Contadores  
IN - Instrução Normativa  
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social  
Irex - Indenização de Representação no Exterior  
ISA - Normas Internacionais de Auditoria  
JEF – Juizado Especial Federal  
JF - Justiça Federal  
LAD - Limite para Acumulação de Distorções  
LB – Lista de Beneficiários  
LC - Lei Complementar  
LDO - Lei das Diretrizes Orçamentárias  
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
LP – Lista de Pagamentos  
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal  
MAF - Manual de Auditoria Financeira  
Mcas - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  
ME - Materialidade para Execução  
MG - Materialidade Global



MTO - Manual Técnico de Orçamento  
NAT - Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União  
Nbsp - Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público  
NBC TA - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas à Auditoria  
NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público  
ND - Natureza da despesa  
NRF - Novo Regime Fiscal  
NUCAD – Núcleo de Administração  
OB - Ordem Bancária  
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OGU - Orçamento Geral da União  
PAA - Plano Anual de Auditoria  
PAe SEI - Processo Administrativo Eletrônico / Sistema Eletrônico de Informações  
Paint - Plano Anual de Auditoria Interna  
PEJF - Plano Estratégico da Justiça Federal  
Peti - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação  
PJe – Processo Judicial Eletrônico  
PPA - Plano Plurianual  
Presi - Presidência - TRF 1ª Região  
PSSS - Plano de Seguridade Social do Servidor  
RA - Risco de Amostragem  
RAI - Risco de Aceitação Incorreta  
RC - Risco de Controle  
RD - Risco de Detecção  
RDR - Risco de Distorção Relevante  
RFB - Receita Federal do Brasil  
RGPS - Regime Geral da Previdência Social  
RI - Regimento Interno  
RI - Risco Inerente  
RP - Restos a Pagar  
RPNP - Restos a Pagar Não Processados  
RPPS - Regime Próprio de Previdência do Servidor  
RPS - Regulamento da Previdência Social  
RPV - Requisição de Pequeno Valor  
SARH- Sistema de Administração e Recursos Humanos  
SECAD – Secretaria Administrativa  
Secau - Secretaria de Auditoria Interna  
Secex Previdência - Secretaria de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social do Tribunal de Contas da União  
Semec/TCU - Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo do Tribunal de Contas da União  
SEPRT - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho  
Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
Siop - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SJRR - Seção Judiciária de Roraima  
SPO - Secretaria de Planejamento e Orçamento  
STN - Secretaria do Tesouro Nacional  
Swot - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TD - Testes de Detalhe  
TDE - Taxa de Desvio Esperada  
TDT - Taxa de Desvio Tolerável  
TG - Tesouro Gerencial  
TI - Tecnologia da Informação  
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação  
TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
UG - Unidade Gestora  
UO - Unidade Orçamentária  
UPC - Unidade Prestadora de Contas  
VMP - Valor Monetário da População

VPA - Variação Patrimonial Aumentativa

VPD - Variação Patrimonial Diminutiva

VR - Valor de Referência

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região

Figura 2 – Estrutura de Relatório Financeiro Aplicável

Figura 3 – Organograma da SJRR

Figura 4 - Resumo das alterações na legislação aplicadas nas análises subjacentes e contábeis - 2021

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contas significativas por relevância financeira

Tabela 2 - Contas significativas por relevância qualitativa

Tabela 3 - Balanço Patrimonial

Tabela 4 - Balanço Orçamentário

Tabela 5 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 6 - Balanço Financeiro

Tabela 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 8 – Programas e ação orçamentária na LOA 2021

Tabela 9 – Execução Orçamentária e Financeira por Programa e Ação de Governo

Tabela 10 - Riscos/contas significativas e natureza da despesa relacionadas às contas de pessoal

Tabela 11 - Riscos/contas significativas e natureza da despesa relacionadas às contas de gestão patrimonial

Tabela 12 - Volume de Recursos Auditados

Tabela 13 - Referências e percentuais adotados pelas EFS

Tabela 14 - Níveis de Materialidade

Tabela 15 - Contas significativas por relevância financeira ( $\geq$  que ME) - Julho/2020

Tabela 16 - Contas significativas por relevância qualitativa Julho/2020



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Alves Silva Lessa**, **Analista Judiciário**, em 08/03/2022, às 10:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15130232** e o código CRC **D83E89F1**.